

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 385
Brasília-DF • Maio 2016

Em defesa da própria vida

A denúncia internacional é a mais recente tentativa dos povos originários brasileiros fazerem valer seus direitos, garantidos tanto na Constituição Federal como pela legislação internacional. Diante do aumento da violência brutal e, muitas vezes, da conivência do Estado, resta aos indígenas desvelar mundo afora o genocídio ao qual estão submetidos.

Páginas 8, 9 e 10

ENTREVISTA
Eunice Antunes:
"Seja quem for que estiver no poder, não precisa gostar dos índios, mas tem que cumprir a lei"

Páginas 4 e 5

CPI da Funai/Incrá criminaliza e dissemina ódio contra indígenas, quilombolas e organizações aliadas no Brasil

Página 12

É preciso acordar os dormentes

Maio se fechou com o arremate do golpismo exacerbado em abril. Mas abril e maio e os meses por vir serão sempre tempos indígenas. Tempo de mostrar ao país e ao mundo as seculares violações dos direitos dos povos nativos, suas lutas e seus sonhos. Tempo de sonhar com um país plural, que respeite e valorize os diferentes, os valores e as sabedorias ancestrais, onde reine a justiça e seja banida a corrupção endêmica e a violência.

Até sonhar está difícil em um país que, além de estagnar no cumprimento de seu dever de garantir a terra aos povos indígenas, dá marcha à ré em avanços sociais conquistados com tanto labor do povo. É preciso não ter ilusões, mas sonhos firmes: não há nada a fazer além de sacudir a poeira, dar a volta por cima, cientes de que o buraco é mais à direita. Nesse lado, por enquanto vencedor, que não é o lado do coração, não cabe projeto de sobrevivência e dignidade para os povos indígenas. O projeto deles está longe do Bem Viver para todos e está se espalhando por toda a nossa Ameríndia e pelo mundo afora. Mas os povos nativos não desistem nunca: estão empenhados em contribuir com sua sabedoria milenar e projetos concretos de sociedade, para salvar nossa Casa Comum, o planeta Terra. E, com essa mensagem, enfrentam o projeto neoliberal capitaneado pelas elites. Enfrentam como sempre enfrentaram os diferentes projetos de destruição da Casa Comum para garantir o extremo luxo da casa de poucos.

Esta onda conservadora não é desconhecida. Com espumas vermelhas do sangue de milhões de vítimas, ao longo da história, quer afogar clamores sociais. Entre os alvos estão os povos indígenas e suas terras, cheias de riquezas. E vale qualquer desculpa para atingir a meta imposta pelo capitalismo. As estratégias são variadas, os discursos ultrapassados, e, na mira, estão os indígenas, os sem (teto, terra, saúde, educação, mídia), os discordantes da opção do caminho estreito, onde não cabe a democracia, a decisão do eleitor. Mas a vitória deles está condenada, pois essa multidão de “sem” e os sobreviventes do massacre colonialista histórico saberão se juntar pelo triunfo de tempos melhores, sem direitos assegurados apenas a poucos, no singular. Dessa junção vão surgir tempos de pluralidade, onde os povos indígenas têm a ensinar como ver o mundo sob a perspectiva em que o lucro não se sobrepõe à vida, onde haja harmonia e respeito à diversidade da natureza e de todos os seus seres.

Como sempre fez nos 44 de existência, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) continuará ao lado desses enfrentantes

corajosos, denunciando os abusos, as injustiças, bradando por um país melhor, que reconheça a sua plurinacionalidade, aprenda o valor da democracia das aldeias, do consenso, do poder como serviço e não como fonte de violência e corrupção. Continuará empenhado em bradar contra a destruição da Carta Magna conquistada com tanto labor, após o trágico período da ditadura civil-militar iniciado em 1964.

Em dois artigos, a Constituição de 1988 garantiu o direito dos povos originários existirem conforme seus próprios modos de vida, além do respeito à autodeterminação e estabeleceu até data para a demarcação de seus territórios tradicionais. A “nova” onda quer arrebatar esses direitos, para tomar as terras que sobraram dos povos sobreviventes, considerados por eles “ultrapassados”, sem lugar no mundo “desenvolvido”, de consumo exacerbado, da ostentação para completar o vazio existencial dos que se movem somente em direção ao lucro exorbitante, não importando se, para isso, exaurem os recursos da casa de todos, a Terra. Na contramão desse pensamento “moderno” o Papa Francisco tenta acordar os cérebros dormentes, lembrando que, para os povos indígenas “(...) a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida”.

O projeto de governo de assalto, que assumiu interinamente em maio, representa a defesa de um mundo que colapsa frente aos excessos de um sistema baseado apenas no lucro, na competição e na ideia impraticável de um crescimento infinito. Mas sempre há os que preferem a contramão, diante dos descaminhos. E, ao lado deles, estaremos sonhando e aprendendo outros parâmetros de vida. Nesse projeto a terra não é apenas fonte de lucro para poucos, mas é mãe, é provedora. Nesse projeto destoante da nova onda, a autonomia do país não está à venda.

Estamos prontos para enfrentar as novas afrontas do projeto do golpismo, que se somaram às antigas. Em meio à violência e à ameaça de “novos” tempos, os povos indígenas resistem e, resistindo, nos ensinam. O futuro deles é o futuro de todos nós. Após um abril conturbado, nos embrulharam maio em papel golpista. Mas, se depender dos povos indígenas e da incontável legião dos “sem”, a história seguirá em frente, sem retornos sombrios, e a mobilização e a resistência impedirão que o futuro caia em trevas. ♦

Porantinadas

Diligências truculentas

A Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ArpinSul) denunciou parlamentares que integravam a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de criminalizarem lideranças indígenas e desrespeitarem o direito de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas ao realizarem diligências de forma truculenta em seus territórios tradicionais. Segundo a ArpinSul, várias comunidades indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina reportaram situações de constrangimento e até ameaças durante as diligências realizadas, com claro desvio de finalidade.

Proposta indecente

Sob a justificativa de investigar supostas irregularidades nos processos demarcatórios, as diligências da CPI da Funai e do Incra no Sul, além da truculência, tiveram a presença indevida da Polícia Federal. A denúncia foi mais longe: os indígenas afirmaram que, durante as diligências, o deputado e presidente da CPI, Alceu Moreira (PMDB-RS), “tentou discutir propostas de compra de terras para que as comunidades indígenas abrissem mão de seus direitos territoriais constitucionalmente definidos”.

Projeto insano

No dia 3 de abril Dom Erwin Kräutler despediu-se do posto de bispo da Prelazia do Xingu, no Pará. A batalha dele contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte tornou-se conhecida além das fronteiras do país. Presidente do Cimi por 17 anos, ao assumir uma “guerra” contra a instalação da usina de Belo Monte em sua prelazia, Dom Erwin denunciava a essência predadora e excludente do atual modelo de desenvolvimento. Apesar de toda a mobilização realizada para a não construção deste projeto ter sido derrotada, ele acredita que sua luta e a “insanidade” da usina serão exemplos para evitar novas obras iguais na Amazônia. “Quem anda pela cidade sabe perfeitamente o absurdo que aconteceu. O que se construiu foi um monumento à insanidade. A cidade mergulhou no caos, em todos os sentidos.”

Resistência



“Não permitiremos retrocessos!”

Assessoria de Comunicação, Mobilização Nacional Indígena

No terceiro dia do Acampamento Terra Livre (ATL), que reuniu cerca de mil indígenas entre os dias 10 e 12 de maio, em Brasília, o governo federal confirmou a oficialização de cinco portarias declaratórias e quatro relatórios de identificação e delimitação de Terras Indígenas (TIs). As publicações no Diário Oficial da União desses relatórios e portarias são duas etapas fundamentais do processo de demarcação de responsabilidade, respectivamente, do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do ministro da Justiça. Elas foram efetivadas no mesmo dia em que a presidenta Dilma Rousseff foi afastada

Publicação de relatório só sai após ocupação

O presidente da Funai, João Pedro da Costa Gonçalves, assinou também o relatório de identificação da TI Dourados-Amambai Peguá I, com cerca de 55 mil hectares, no sul do Mato Grosso do Sul. A assinatura só se concretizou porque lideranças da Aty Guasu, grande assembleia dos povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul ocuparam a Funai por dois dias (10 e 11/5). Em reuniões realizadas durante o ATL com Walter Coutinho, diretor de Proteção Territorial (DPT) da Funai, os indígenas destacaram que, desde 2013, tinham notícia de que os relatórios estavam prontos.

“Desde 1917, quando para criar novas fazendas e empresas roubaram nossos territórios, fomos esmagados e apertados para dentro da Reserva de Tey’i Kue que hoje não possui mais espaço. Muitas mortes ocorreram, muitos de nossos lugares sagrados e Xirus foram destruídos, famílias

foram separadas e desde então vivemos em meio ao sofrimento e à dor. Mas vocês sabem que não somos de Tey’i Kue, vocês já têm o relatório, vocês sabem que precisamos voltar para nossas terras ou que morreremos tentando. E mesmo assim não publicam. Como vocês dormem à noite? Nas mesmas noites que estamos na mira de algum novo jagunço de fazendeiro?”, registra a carta entregue por eles aos membros da Funai.

Dourados-Amambai Peguá I faz parte de um conjunto de processos de demarcação de terras, os chamados Pegua, cuja publicação é esperada há décadas, situação que tem agravado conflitos e violações de direitos contra a população indígena no estado. Em 2006, a polêmica foi objeto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Funai e o Ministério Público Federal (MPF), firmando que os relatórios tinham de ser publicados até 2009. Em 2013, outra Terra Indígena desse conjunto foi identificada pela Funai, a TI Iguatemi Pegua I (Mbarakay/Pyelito Kue).

Com as novas portarias, a gestão de Aragão, com cerca de dois meses, praticamente equipara-se no número de portarias publicadas a de seu antecessor, José Eduardo Cardozo, que ficou no cargo entre janeiro de 2011 e o início deste

do cargo em virtude da aprovação pelo Senado da admissibilidade do processo de *impeachment*.

Foram declaradas as TIs Taego Áwa, do povo Avá-Canoeiro do Araguaia (TO), com 28.510 hectares; TI Bragança-Marituba, do povo Munduruku (PA), com 13.515 hectares; TI Munduruku-Taquara, do povo Munduruku (PA), com 25.323 hectares; TI Irapuá, do povo Guarani Mbya (RS), com 222 hectares; e TI Lago do Limão, do povo Mural (AM), com 8.210 hectares. Também foram publicados os relatórios de identificação de três TIs do povo Guarani Mbya: Cerco Grande, com 1.390 hectares, no Paraná; Pacurity, com 5.730 hectares, e Peguaoty, com 6.230 hectares – as duas últimas, na região do Vale do Ribeira, no sul de São Paulo.



Lideranças Guarani e Kaiowá da Aty Guasu só conseguiram a publicação do relatório de identificação e delimitação da TI Dourados-Amambai Peguá I por terem ocupado por dois dias a Funai

ano. Cardozo assinou treze portarias e Aragão assinou sete.

O advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Adelar Cupsinski, também destacou a decisão favorável à Terra Indígena Yvy Katu (MS) do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), que não consolidou a tese “do marco temporal”, como uma das grandes vitórias do acampamento. “Essa conquista vai reverberar em outros processos de demarcação judicializados”, destacou o advogado Rafael Modesto dos Santos, também do Cimi.

Apesar de duras e recorrentes críticas ao governo de Dilma Rousseff, as lideranças indígenas avaliam que a gestão de Michel Temer é uma nova ameaça aos direitos indígenas. O PMDB, partido de Temer, é identificado historicamente com bandeiras anti-indígenas.

“Esse governo que saiu fez aliança com Deus e o Diabo. Os movimentos sociais falaram para o governo que eles estavam perdendo a essência. Isso é fato. Mas, desarmando o acampamento, a luta tem que continuar porque este governo que assumiu será pautado pela bancada ruralista”, disse Sabaru Tingui Botó.

Leia ao lado o manifesto divulgado ao final do XII Acampamento Terra Livre (ATL).

Manifesto do XII Acampamento Terra Livre

Nós, cerca de 1.000 lideranças dos povos e das organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, reunidos em Brasília (DF) por ocasião do XII Acampamento Terra Livre (ATL) – a maior mobilização nacional que realizamos há 12 anos para reivindicar do Estado e da sociedade brasileira o respeito total aos nossos direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal – preocupados com os ataques, as ameaças e os retrocessos orquestrados contra esses direitos sob comando de representantes do poder econômico nos distintos âmbitos do Estado, nos meios de comunicação e nos nossos próprios territórios, viemos de público manifestar:

O nosso repúdio às distintas ações marcadamente racistas, preconceituosas e discriminatórias protagonizadas principalmente por membros da bancada ruralista no Congresso Nacional contra os nossos povos, ao mesmo tempo em que apresentam e articulam-se para aprovar inúmeras iniciativas legislativas, propostas de emenda constitucional e projetos de lei para retroceder ou suprimir os nossos direitos;

O ataque praticado contra a Democracia nos últimos dias, que culminou com o afastamento temporário da presidenta Dilma, demonstrou a força conjugada dos poderes econômicos e políticos que, desde os tempos da invasão europeia, dominam e exploram as maiorias empobrecidas do nosso país, as distintas coletividades étnicas e principalmente os nossos povos e comunidades, em razão da sua vontade de explorar as nossas terras e territórios

e bens naturais que milenarmente soubemos proteger;

A nossa preocupação aumenta diante da instalação de um novo governo que a maioria dos setores sociais e populares, como nós, considera ilegítimo e cuja composição é notadamente conservadora e reacionária, além de ser ajustada aos interesses privados que assaltaram o Estado e que ameaçam regredir os direitos sociais conquistados e, em nome da ordem e do progresso, pretendem aprovar medidas administrativas, jurídicas e legislativas para invadir mais uma vez os nossos territórios com grandes empreendimentos: mineração, agronegócio, hidrelétricas, fracking, portos, rodovias e ferrovias, entre outros.

Se nossos direitos foram sistematicamente atacados no governo que sai, com esse atual governo as ameaças e os ataques tendem a aumentar.

Em razão de tudo isso, os nossos povos e organizações declaram publicamente a sua determinação de jamais desistir da defesa de seus direitos constitucionalmente garantidos, manifestando ao governo interino de Temer que não permitiremos retrocessos de nenhum tipo. Continuaremos empenhados e mobilizados em luta pela efetivação dos nossos direitos.

Pelo nosso Direito de Viver!

Brasília (DF), 12 de maio de 2016

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)
Mobilização Nacional Indígena

O movimento do espírito

Liderança da Terra Indígena Morro dos Cavalos, Eunice Antunes, ameaçada diversas vezes por sua determinada luta pela terra ancestral, desvela a forte relação do povo Guarani com o imaterial, o sublime, o metafísico: “Para nós, a semente tem vida e espírito como nós temos. Então, a gente tem que andar, tem que fazer este movimento, pra compartilhar estas sementes”.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

A suavidade de seu nome indígena Kerexu Yxapyry, que significa “uma gota de orvalho”, expressa bem duas qualidades facilmente perceptíveis de sua personalidade, a delicadeza e a timidez. Por outro lado, após alguns minutos de conversa uma notória particularidade de Eunice Antunes se revela: a sua força e determinação. Primeira mulher eleita cacica na Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça (SC), a apenas 20 km de Florianópolis, ela foi constantemente ameaçada enquanto ocupou por quatro anos a liderança política de seu povo, os Mbya Guarani. Aos 36 anos, com dois filhos, Rayanna, de 15, e, Karai, de 10, Eunice é professora e coordenadora da escola indígena Itapy, de sua comunidade e segue resoluta na missão de lutar junto com seu povo para que tenham de volta, definitivamente, a terra tradicional de seus ancestrais. Nesta entrevista ao *Porantim*, ela nos conta sobre as lutas e os desafios vividos atualmente pelo seu povo, além de detalhar alguns elementos da espiritualidade dos Guarani como, por exemplo, a contínua busca pela Terra Sem Males.

Porantim - Conte um pouco sobre a sua família e o seu povo.

Eunice Antunes - Meu pai foi uma grande liderança de luta. Foi cacique algumas vezes e, como professor, foi protagonista na educação escolar indígena no estado de Santa Catarina. Era um líder que coordenava a aldeia, tanto na política, como também dentro da tradição, ele era um preservador da cultura. Ele que fez a última Casa de Reza em Morro dos Cavalos. Quando ele faleceu, em 2015, a gente velou ele na Casa de Reza e deixamos ela ir com ele. Porque na nossa crença tudo o que é da pessoa, ela leva junto quando se vai. Depois a gente refaz, ou outra pessoa cria. Minha mãe, meus tios eram todos lideranças. Minha avó materna era uma grande líder espiritual. Nós, Guarani, somos um povo da mobilidade, sempre fazemos caminhadas. Desde pequena caminhei muito e morei em várias aldeias. De ir e ficar um tempo, já morei em quase todas as aldeias do Brasil, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul...

Porantim - Por que os Guarani caminham tanto?

Eunice Antunes - Na nossa crença, existe a Terra Sem Males, que fica no litoral. Cada início do ano tem a mobilização da troca de sementes e da troca de alguns animais de estimação que a gente cria, papagaio, quati, macaco. Para nós, a semente tem vida e espírito como nós temos. Então, a gente tem que andar, tem que fazer este movimento, pra compartilhar estas sementes. Por exemplo, a gente tira o nosso principal alimento do milho. Pra nós, ele é um mensageiro da terra porque pra onde ele vai, ele leva um pouco do espírito nosso pra aquela aldeia.

Vamos supor que eu vou do Morro dos Cavalos pro Espírito Santo. Eu levo parte de mim pra aquela aldeia e trago parte daquela aldeia pra minha. É por isso que entre nós, Guarani, a gente se conhece, todos. Quando nasce ou morre um Guarani, pode ser no lugar que for, a gente sabe. A gente tem esta informação, de nós. Pra ter esta união, esta junção, é como se fosse uma parte do meu corpo, uma parte de mim que tivesse alcançando cada aldeia que tem. É por isso que a gente faz esta mobilidade, pra fazer o movimento do espírito, da semente e de outros seres.

Porantim - E como é a vida em Morro dos Cavalos?

Eunice Antunes - Algumas famílias mantêm o modo tradicional de viver, mas existe muita dificuldade em sobreviver nesta tradição, tirar o sustento daquele espaço. Em 2012 foi a última safra de milho que deu pra todo mundo da aldeia se alimentar. Depois disso a gente não conseguiu mais colher pra fazer aquele ritual grande da consagração do alimento porque não dá mais pra tirar o sustento naquele espaço. E se a gente avançar um pouco mais à frente daquilo que a gente já usava antes a gente tem várias questões com o Estado, que é contrário ao Morro dos Cavalos, com o Ibama [Instituto Brasileiro

Eunice é uma lúcida e sábia liderança Guarani: “Pra nós, a palavra é uma semente. A gente não fala por falar, tem que ser cumprido. A palavra cria raiz, folhas, frutos... Não precisam gostar dos índios, mas têm que cumprir a lei”

do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]. Estão sempre questionando a gente, dizem que estamos sempre desmatando, fazendo queimada. Se fizer uma queimada para abrir uma roça, aparece helicóptero rapidinho e sai em toda a imprensa.

Porantim - Em relação à língua, aos rituais, mesmo em condições tão difíceis, vocês conseguem manter as tradições do seu povo?

Eunice Antunes - Todos falam Guarani. Mbya é a linguagem sagrada porque é a língua dos sentimentos, é mais usada na Casa de Reza. É uma transmissão de Ñanderu. No dia a dia, a gente usa uma linguagem, às vezes até misturada com português. Mas, na Casa de Reza, quando o mais velho vai falar, dar conselho, ele fala em Mbya. E isso acontece com todos os Guarani

“ Bem Viver não é acumular, é realizar o que te faz bem agora. E o bem maior nosso é a saúde, a convivência com nossas famílias, é agir e pensar com sabedoria. E temos a obrigação de proteger os outros seres. O homem branco não tem isso ”

e a gente consegue se entender neste momento. Pra nós, Guarani, a palavra é uma semente. A gente não fala por falar, tem que ser cumprido. A palavra cria raiz, folhas, frutos. A gente cultiva muito a tradição e nossa escola tem um currículo diferenciado, sempre promove e leva os jovens e crianças para outras aldeias onde tem líderes espirituais, para eles fazerem os rituais. Então, eles nunca deixam de praticar. A gente também convida outros líderes para irem fazer rituais na nossa aldeia. Em 2015, a consagração das sementes, onde todas as aldeias do estado se reuniram, foi em Morro dos Cavalos. Depois a consagração do alimento, que foi a própria semente distribuída no Morro dos Cavalos, foi na aldeia próxima, Marangatu. Temos vários líderes espirituais que estão se formando. Meu filho mesmo é um. Tem momento que pratica, tem momento que só observa e fica vendo. Ele é preparado por outros líderes, onde vai, onde ele chega, ele tem acesso de entrar e participar junto com os mais velhos. Mas ainda não tem como conduzir a aldeia.

Porantim – *Hoje ainda têm não indígenas morando dentro da terra?*

Eunice Antunes – Tem sim. Nós, Guarani, somos 42 famílias, cerca de 240 pessoas. Mas, dos 1.988 hectares declarados em 2008, usamos apenas cerca de 300 hectares da área. Uns 70 posseiros estão dentro da área. Eles não plantam, não produzem nada por ali. São pessoas que têm casa para temporada. Tem gente que só vêm no final de semana, outros só no final de ano. Como sobrepõe ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que foi homologado pelo estado em 1965, estes moradores deveriam ter sido indenizados e não deveria ter mais ninguém morando ali. Mas as invasões foram acontecendo e as pessoas foram construindo irregularmente até chegar a Portaria Declaratória, no dia 17 de abril de 2008.

Porantim - *Por que a presidência não assinou ainda a homologação, que está parada há 8 anos?*

Eunice Antunes - Tem partes de Morro dos Cavalos que são próximas à margem de uma praia, chamada Papagaio. É lindo lá. Chama Morro dos Cavalos porque, no mapa, parece a cabeça de um cavalo. No topo mesmo você consegue ver todo o continente de Florianópolis, do norte ao sul, todas as praias da ilha, da Guarda do Embaú, Pinheira e as outras. A encrência ali é por conta da especulação imobiliária. Mais de 80% da terra é de Mata Atlântica, e também tem restinga e uma parte de mangue, no limite da aldeia, onde tem o Rio Massiambu, que desagua no mar. Na divisa da aldeia do outro lado tem o Rio Brito. Outro problema é a construção dos túneis no Morro dos Cavalos. Na década de 1960 é que começaram a fazer os estudos pra instalação da BR 101. No próprio relatório de estudo da BR sempre se falou que tinha indígenas morando ali, embora ninguém considere isso. Nossos mais velhos lembram essas histórias. A estrada foi construída sem ter consulta, sem fazer os estudos, sem respeitar a terra indígena. Só em 2000 foi feito um acordo entre Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes] e Funai [Fundação Nacional do Índio] para pagar a indenização (que só saiu por conta da duplicação). Mas parte da indenização, não foi paga até hoje. A homologação não sai por causa da rodovia. Já foi acertada a obra para construir os dois túneis no Morro dos Cavalos. Já foram feitos os estudos, o PBA [Plano Básico Ambiental], foi tudo acertado com a gente. No final de 2015 a Funai e o Ibama assinaram a

Licença de Instalação pra iniciar as obras. O problema é que governantes, como o deputado Colatto [PMDB-SC], o governador Colombo, junto com um morador da Enseada de Brito, Walter Alberto Bensousan, ficam questionando e dizendo que é muito gasto construir os túneis. Walter fez uma denúncia pro TCU [Tribunal de Contas da União], em que afirmou que a obra é muito cara, mas o TCU se posicionou favorável à obra. Então, só falta construir os túneis. Não existe problema. É que tem muito racismo, muita discriminação com os indígenas.

Porantim - *A comunidade tem algum apoio do Estado em relação à demanda pela terra?*

Eunice Antunes - No Estado não há nenhum órgão que nos apoia. Somente o Ministério Público. A gente tem alguns apoiadores da sociedade, como o Cimi [Conselho Indigenista Missionário], e tem a nossa Comissão Nhemonguetá, a Comissão Guarani Yvyrupa. Hoje, as pessoas mais velhas tendem a ficar mais na deles, mas a juventude de lá, principalmente os da escola, põe a cara na rua. São os guerreiros que me carregaram e me protegeram enquanto eu estava como cacica, e estão até hoje, são os salvadores da aldeia. E isso fortalece os mais velhos. É uma resistência. Nós vamos ficar na terra. Não vamos sair. Pra gente que é liderança, isso é o que mantém a gente na luta. Ver as pessoas mais velhas, mesmo em silêncio, que permanecem acreditando na luta, os jovens, as crianças... E tá crescendo cada vez mais.

Porantim – *Você continua a sofrer muitas ameaças?*

Eunice Antunes – Eu fui cacica de fevereiro de 2012 a fevereiro deste ano. Comecei a ser ameaçada desde que assumi como cacica, sofri muita violência. Porque quando assumi não sabia nada e não tinha experiência. A primeira coisa que fiz foi buscar informação e os responsáveis. Fui logo na Funai pra cobrar a desintrusão, depois procurei pessoas de Brasília, depois fui tratar de questões relacionadas com o Ministério da Justiça, e foi tendo avanços muito rápidos. Logo começaram as ameaças, de pessoas de várias instâncias. Tentaram seduzir com promoção, cargo, de várias formas, e como eu não conhecia, ficava com medo, no início. As ameaças aconteciam de várias formas: corte da mangueira que leva água para a comunidade em 300 pedaços; enviavam recados ameaçando meus filhos, meu pai; ameaçaram tacar fogo na minha casa. Até as últimas, que foram mais fortes, os tiros na minha casa, e chegaram a invadir a aldeia. Houve questões também na justiça no final de 2015, quando um grupo de servidores me processou por difamação. Fomos cobrar o que não estavam fazendo e me processaram. Eu me sentia muito perseguida.

Porantim - *Qual a sua avaliação do Acampamento Terra Livre (ATL) deste ano?*

Eunice Antunes - Minha avaliação é de que no atual momento que o Brasil todo estava passando, com o *impeachment* da Dilma no Senado, e considerando o objetivo da criação do ATL aqui em Brasília - que é reivindicar nossas terras -, acho que a gente teria que ter feito menos política e mais ação de direito. Como fizeram os parentes Guarani e Kaiowá, que vieram e conseguiram fazer estas ações que fazem a diferença. Sei que todo o debate e a política que é discutida nos encontros da Mobilização Indígena sempre trazem algum resultado, mas acredito que neste momento toda a questão política que é reivindicada pelas lideranças só vai poder ser concretizada se tivermos garantidas as nossas terras. É uma lição que a gente leva pra gente. Venho colocando essas ações concretas nos encontros que participo. Estamos discutindo há 30 anos

com o governo. A gente percebe que o governo tem estratégias políticas. Promove alguma coisa, como a CNPI [Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em dezembro de 2015], e as pautas já vêm prontas. Às vezes, a gente acaba entrando neste jogo. Pra mim, também foi um momento de muita reflexão, me deu um sentimento muito forte, quando vi Ailton Krenak e Raoni, nossos anciãos, hoje com rugas no rosto, óculos. Lideranças que lutaram tanto na Constituinte pra conseguir garantir nossos direitos na lei, e agora lutam pra manter o que foi conquistado, porque está tudo sendo ameaçado. Pra gente, como liderança, dá uma tristeza... uma coisa ruim, imagino pra eles.

Porantim - *Como você avalia as perspectivas para o movimento indígena na atual conjuntura?*

Eunice Antunes - Penso, que nós, indígenas, não temos partido que a gente vai defender. Defendemos a garantia do cumprimento da lei, seja quem for que estiver no poder. Não precisam gostar dos índios, mas têm que cumprir a lei. A partir de agora, conversamos com outras lideranças do Sul, temos que nos mobilizar mais e lutar pra que este direito já garantido seja cumprido. A situação no Brasil hoje é calamitosa pra todos, estudantes, quilombolas, mulheres, indígenas. Não podemos temer. A gente conhece os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, decoramos eles, palavra por palavra e uma hora a justiça vai ter que cobrar justiça. Todos somos seres humanos, deputados, presidente... Nãnderu criou todos nós.

Porantim - *Como você percebe a sociedade não branca?*

Eunice Antunes - No nosso sistema Mbya, primeiro a gente acredita em Nãnderu, que é o criador de todas as coisas na Terra. Criou céus, terras, água, floresta, bichos e o ser humano. A terra, é a Mãe, que gera todas as coisas, e somos protegidos por um pai, Nãnderu. Se for analisar, já que somos filhos de uma mesma terra e um mesmo pai, somos todos irmãos. Sendo irmãos, temos respeito um pelos outros. Quando Nãnderu criou os seres humanos deu o poder de pensar, agir, e transformar e deu pra gente a missão de proteger nossos irmãos, a natureza. Pra nós, viver bem é cuidar desta missão, desde criança. Eu jamais vou tirar algo de um irmão. Temos um ciclo de vida, que tem um início e um fim. Não sei como explicar o modo como acredito. Mas tudo era a lei, era o amor, a coletividade, em todos os povos. Aí, vem o homem branco e em algum momento surgiu a ganância, alguém passou a querer mais que o outro. Eu trabalho, com educação, e por ser filha do meu pai, sempre questioneei a escola, sempre. E o sistema da igreja, que em nome de Deus vem dizer que tem que ser desta forma ou daquela. Cria-se uma escola para criar máquinas de trabalhos. Então, todo mundo acredita que tem que fazer isso, trabalhar, trabalhar, trabalhar... Pra quê? Pra ter coisas, comprar

“ As ameaças aconteciam de várias formas: corte da mangueira que leva água para a comunidade, em 300 pedaços; enviavam recados ameaçando meus filhos, meu pai; ameaçaram tacar fogo na minha casa. Até as últimas, que foram mais fortes, os tiros na minha casa, e chegaram a invadir a aldeia ”

coisas, consumir. Trabalha a vida toda e não consegue chegar ao objetivo. Não consegue ser feliz. Pra gente, o Bem Viver é fazer algo pra mim, pro meu povo. Bem Viver não é acumular, é realizar o que te faz bem agora. E o bem maior nosso é a saúde, a convivência com nossas famílias, é agir e pensar com sabedoria. E temos a obrigação de proteger os outros seres. O homem branco não tem isso. É tudo muito dividido. Hoje penso que tem muita teoria sobre preservação do meio ambiente, das águas, mas, na ação, não acontece. Acontece o inverso. Por quê? As escolas ainda estão formando máquinas. Hoje a gente ainda escuta “tem que estudar pra ser alguém”. A gente não pensa assim. A gente já é. E o ancião é muito mais valorizado, a sabedoria deles, a experiência de tudo o que viveu, mesmo que não saiba ler nem escrever. ♦

“Não esqueçamos os nossos mártires”

No terceiro texto, desta série que lembra a luta de mártires comprometidos com a causa indígena e dos mais pobres, reverenciamos o padre Ezequiel Ramin e a irmã Cleusa Rody Coelho, mortos brutalmente há 31 anos por terem dedicado suas vidas à justiça e à paz

“**A** memória dos mártires é anúncio, denúncia, ação, convocação e celebração, ao mesmo tempo”, expressam os autores do livro *Martírio memória perigosa na América Latina hoje*. Eles

afirmam que se procura silenciar a comunidade eclesial para que ela perca a memória dos seus mártires, ou para que duvide de sua autenticidade, ou até para que tenha vergonha de nomear os seus mortos. A propósito,

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, escreveu à Igreja de Formosa, na Argentina, a pedido de seus co-irmãos claretianos: “Queria recordar-lhes também, e com muita

emoção, que recuperem a memória dos mártires, dos mortos, dos desaparecidos. Pelo amor de Deus, não esqueçamos os nossos mártires. Um povo, uma Igreja que esquece os seus mártires não merece sobreviver”.

Irmã Cleusa: mártir da justiça e da paz

Brutalmente assassinada às margens do Rio Pacιά, em Lábrea, no Amazonas, onde trabalhava com os Apurinã, irmã Cleusa era radical na opção pelos pobres e intransigente na defesa dos direitos indígenas, gerando a ira dos poderosos locais

Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho tinha 52 anos quando foi cruelmente assassinada, em 28 de abril de 1985. Morreu há 31 anos em defesa da terra indígena e buscando a paz na conturbada região às margens do Rio Pacιά, na Prelazia de Lábrea, no Amazonas. Coordenava o sub-regional Norte 1 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que abrangia as Prelazias de Lábrea e Coari. Atuava para minorar o calvário dos Apurinã, que coincide com a história do extrativismo no Purus. A morte dela não se constituiu num fato isolado, fazendo parte da história regional alimentada pela cobiça, onde os indígenas foram as maiores vítimas. O martírio de irmã Cleusa se confundiu com o martírio histórico do povo Apurinã, que ela morreu defendendo.

Natural do Espírito Santo, irmã Cleusa dedicou 32 anos de sua vida missionária a serviço dos mais empobrecidos, integrando a Congregação das Missionárias Agostinianas Recoletas (MAR). Em 1954 foi uma das fundadoras da casa da congregação em Lábrea. Retornou à cidade em 1979, trabalhando entre os Apurinã até a morte, encomendada por latifundiários e castanheiros, que tinham interesses escusos nas terras indígenas.

A religiosa acompanhava e apoiava os indígenas da região de Caititu, onde se dirigiu ao encontro da morte, após saber do assassinato da esposa e de um filho do tuxaua Agostinho Mulato dos Santos. O responsável direto pelos crimes, o Apurinã Raimundo Podivem, que tinha sido policial em Manaus, vinha tentando acabar com a vida do combativo tuxaua. E a irmã Cleusa era uma pedra no caminho, por isso foi martirizada barbaramente em sua missão de paz. Ao contratar um indígena para executar a ação macabra, os poderosos de Lábrea tramaram gerar mais discórdia na área, emperrando ainda mais o conturbado processo de demarcação das terras indígenas, para se apropriarem das áreas.

“Comprometer-se com o índio, o mais pobre, desprezado e explorado, é assumir firme a sua caminhada, confiante num futuro certo e que já se vai tornando presente, nas pequenas lutas e vitórias, reconhecimento dos próprios valores e direitos, busca de união e autodeterminação. VALE ARRISCAR-SE.” Irmã Cleusa escreveu esta mensagem profética poucos dias antes de ser assassinada. Por causa do compromisso total com os menos favorecidos, tramita no Vaticano a beatificação da mártir da justiça e da paz.

<http://marteisal.blogspot.com.br/>



Questionadora, incansável e exemplo

As palavras da irmã Paz De Las Dollores Gallego Urbano, da congregação das Missionárias Agostinianas Recoletas (MAR), sintetizaram como as colegas viam o trabalho de irmã Cleusa. “Era uma religiosa exemplar e observante. De grande espírito de oração e penitência. Muito amável e delicada com todos. Sempre sorridente e ativa. Seu espírito de pobreza chegava até ao exagero. Nada possuía a não ser as roupas necessárias e os documentos. Extremamente dedicada aos pobres, encarcerados, hansenianos, velhos e doentes de hospitais. Sua maior atuação era junto aos índios e ribeirinhos”.

A superiora regional das Recoletas, na época, irmã Ana Salvador, destacou o trabalho incansável de irmã Cleusa e a dedicação que conheceu de perto, ao acompanhá-la em visitas às áreas indígenas da região de Lábrea. “Era uma pessoa que sempre questionava. E, ela, sempre questionando, colocava a gente pra caminhar”.

Liberada totalmente pela congregação para melhor se dedicar à causa indígena, “encontrou o prêmio de sua dedicação no cruel martírio”, disse, na época, a irmã Paz, “mas temos certeza de que estará no céu e lá olhará por nós”. Após o assassinato da religiosa, as irmãs recoletas reforçaram que “o martírio de irmã Cleusa muito nos questiona, pois sua ação era um constante abrir caminhos para a nossa congregação, no seu compromisso com o empobrecido”.

Viva, Irmã Cleusa

A vida, outra,
veio te encontrar,
na morte, matada
vida nativa
vida Apurinã
vida oprimida

foram teu compromisso
são tua glória
para nós
força-vitória
certeza do certo caminho

Teu corpo repartido
entre a terra, a água,
os animais,
indicam o rumo,
da partilha necessária, justiça
semente morta, enterrada,
gérmen, força, luz
na luta que continua,
nova sociedade,
nossa
viva
Irmã Cleusa

(Egon Heck,
Lábrea, 10 de maio de 1985)

Padre Ezequiel Ramim: braços cruzados pelas balas

Crivado de balas de jagunços, com os braços cruzados em atitude de defesa. Assim foi encontrado o missionário que recebia a todos os pobres com os braços abertos. No pescoço, um colar de cocos, sinal do compromisso com os Suruí

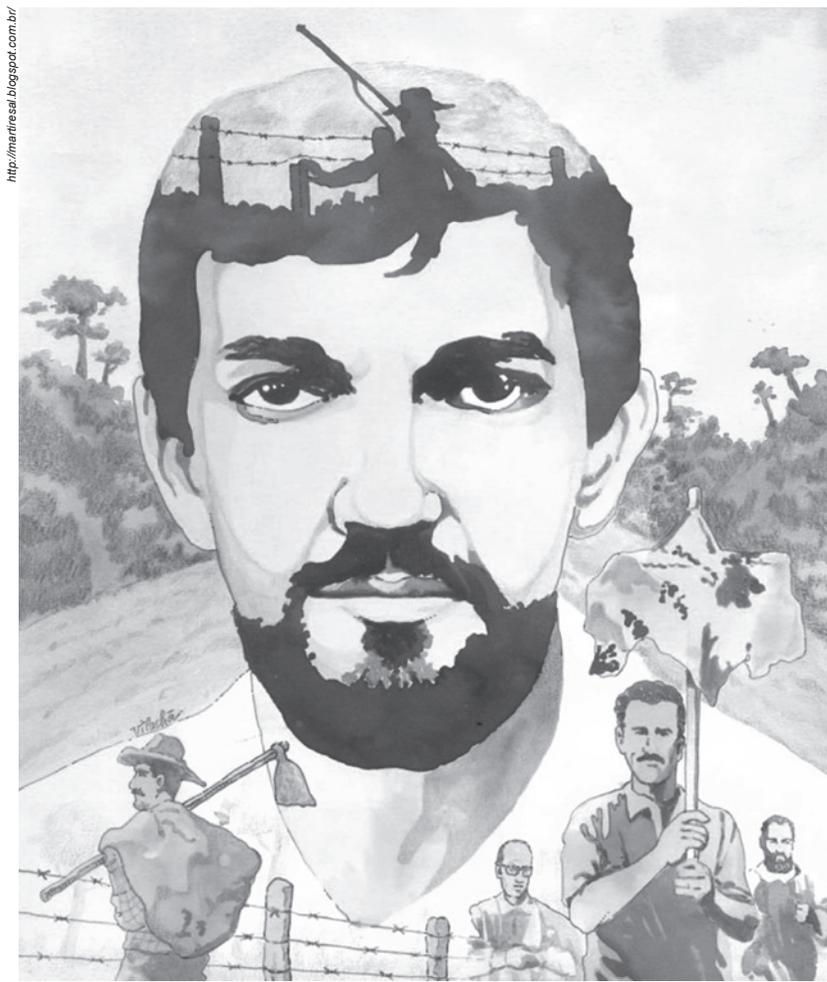
“Conhecer a vida e o martírio do padre Ezequiel Ramin é permitir entrar nas nossas vidas o testemunho profético de um jovem missionário que é recordado pelos pobres da zona rural do interior de Rondônia e Mato Grosso como um padre alegre e simples, que gostava de visitar as famílias e ficar com o povo. Sempre ia ao encontro das pessoas com um gesto muito característico: ao avistá-las, abria os braços com a palma da mão para cima e ia ao encontro delas para abraçá-las”. Essas palavras do padre Rafael Gemelli Vigolo, missionário comboniano, revelam um pouco do caráter desse mártir, vigário de Cacoal, em Rondônia, na Diocese de Ji-Paraná.

Em 24 de julho de 1985, Ezequiel Ramin caiu vítima de uma emboscada armada por sete jagunços na fazenda Catuva. No limite com a aldeia dos Suruí, esta fazenda está situada no município de Aripuanã (MT), próximo a Rondônia, a menos de 100 quilômetros de Cacoal. A placa da fazenda era recente e o título duvidoso. Bem antes de o arrame farpado cercar a área, ali trabalhavam posseiros, fazendo roças. Aos primeiros se uniram muitos outros, nos últimos meses antes do assassinato de Ezequiel. Mas, desde que a fazenda se instalou no local, os trabalhadores passaram a sofrer ameaças de jagunços armados. Era prudente aconselhar os posseiros a se retirarem da área, para evitar maiores perigos. E essa era a missão de paz de Ezequiel no dia da sua morte. Terminada a reunião, voltava para a cidade, quando foi cercado pelos jagunços.

Foi encontrado com o corpo crivado de balas, roupas manchadas, rosto desfigurado por um tiro de espingarda, à queima roupa, e os braços cruzados, em atitude de defesa. Os algozes não encostaram a mão nele, nem antes, nem depois da morte. O relógio ainda no pulso, colar de cocos, presente dos índios Suruí, no pescoço, as sandálias nos pés...

Por que mataram Ezequiel Ramin? Padre José Semionato, contemporâneo de Cacoal, em Rondônia, que registrou a história do massacre, escreveu: “Ezechielle era homem coerente com a opção pelos pobres e, corajosamente, sem muitos cálculos, se expressava com linguagem direta, sem rodeios. Assumiu com carinho especial a causa dos índios e dos trabalhadores sem terra. Ganhou a confiança dos caciques Suruí que, com muita frequência, vinham expor os seus problemas mais graves e perigosos a ele na nossa casa em Cacoal. Os índios acusavam a Funai [Fundação Nacional do Índio] de omissão e corrupção. As acusações dos caciques iam para o jornal local. Ele era conselheiro e amigo e tinha profundo respeito pelas decisões, nunca tomando iniciativas no lugar de ninguém. E, nessa atitude de amor e serviço aos índios, ele não estava sozinho. Houve um constante comprometimento da equipe de padres e irmãs da paróquia e colaboração da Igreja de Confissão Luterana no Brasil”.

O Padre Ezequiel deixou muitos escritos relatando a amigos os desafios encontrados na missão. Um deles chama atenção: “Esta noite, diante de sua vida, este missionário chorou. Contudo, continuo o mesmo com este povo (...) Com dificuldade os meus olhos conseguem ler a história de Deus por aqui”.



Biografia de um mártir

Ezequiel nasceu em Pádua, na Itália, em 1953 e foi registrado como Ezechielle Ramim. Ainda jovem, decidiu dedicar sua vida aos mais pobres e necessitados como missionário além-fronteiras. Foi ordenado sacerdote em 1980, e, aos 30 anos, enviado em missão ao Brasil, pelos combonianos. Em abril de 1983, antes de chegar ao Brasil, partilhou: “Ainda não sei aonde irei, porém estou contente com o fato de partir. É uma coisa mais forte do que eu”.

Ezequiel colocou-se corajosamente em defesa dos indígenas, que tinham um grande apreço por sua pessoa, e dos posseiros na luta pelo direito à terra e à vida digna. Vivia concretamente a opção pelos pobres. Em várias ocasiões tratou publicamente desses assuntos, como quando falou: “O meu trabalho aqui é de anúncio e denúncia. Não poderia ser diferente considerando a situação do povo. Precisamos apoiar bastante os movimentos populares e as associações sindicais. A fé precisa caminhar junto com a vida...”

Apesar das ameaças e perseguições, Ezequiel manteve-se fiel até o fim. Como Jesus, ofereceu a Deus e ao povo a sua vida, e também a sua morte. Ele mesmo falou em uma das missas: “Não aprovamos a violência, embora recebamos violência. O padre que está falando recebeu ameaças de morte. Querido irmão, se a minha vida lhe pertence, a minha morte também lhe pertencerá”. E assim aconteceu. No dia 24 de julho de 1985, o padre Ezequiel Ramin, aos 32 anos de idade, foi brutalmente assassinado por jagunços, quando voltava de uma missão de paz. Os mandantes do crime nunca foram presos.

Atualmente, há várias obras e atividades, tanto no campo social, quanto da evangelização, que nasceram e se inspiram na vida dele. Ele nos deixa o legado, ainda atual e urgente, de que, como Igreja, nos comprometamos na defesa do direito à terra, ao trabalho e à moradia, tal como ressalta o Papa Francisco. (padre Rafael Gemelli Vigolo - Missionário Comboniano do Brasil).

O cenário da morte brutal

Na década de 1980, o estado de Rondônia era uma imensa fronteira em desenvolvimento acelerado, onde estavam em jogo grandes interesses econômicos. A mentalidade era tornar esta região uma terra produtiva, “uma terra sem homens, para homens sem terra”. Na luta pela terra, grupos econômicos poderosos disputavam cada palmo, com a costureira conivência do Estado e de seus representantes. A especulação dos territórios indígenas provocava grandes genocídios e “limpeza de áreas”, dizimação de povos indígenas.

Havia disputas entre fazendeiros contra posseiros, grileiros contra pequenos agricultores, fazendeiros e madeireiras contra indígenas. Segundo estimativas do Inbra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], na época, havia aproximadamente 16 mil famílias nas listas da fila de espera deste órgão, encarregado de distribuir os lotes, para os contingentes humanos que chegavam do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Havia pelos menos 50 mil famílias sem terra. Motivado pela força do evangelho, presença da Igreja e cansado de esperar soluções por parte do governo, o povo começou a se organizar e ocupar terras devolutas sem cultivo. Com a organização crescente do povo, através das Comunidades Eclesiais de Base, de sindicatos rurais e do movimento indígena, os conflitos aumentavam dia a dia em quase todos os municípios do estado.

Quando o padre Ezequiel Ramin chegou como missionário comboniano nestas terras, encontrou este cenário de morte e de violência contra os agricultores, sem terra e indígenas. Sensível aos gritos da realidade, não fechou os olhos à dor desta gente. Como ele, vários outros e outras, antes e nas décadas seguintes, tombaram, derramaram seu sangue e regaram a terra. Entre eles, Aiminé Suruí, José (Piau), José Eduardo, Expedito, Chico Mendes, João Pedro, Jósimo, irmã Dorothy, bem como centenas de outros homens e mulheres anônimos, testemunhas de uma verdade que não se cala.

Com o início do processo de cano-nização, o mártir Ezequiel Ramin traz a memória viva também de tantos (as) agricultores (as), povo sem terra, indígenas, que regaram com seu sangue a Mãe Terra. Padre Ezequiel nos sinaliza uma fé inquebrantável e uma espiritualidade que acredita no Deus que é vida, mesmo nas situações de conflito, e nos deixa este legado: “Estou caminhando com uma fé que cria, como o inverno cria a primavera. Ao meu redor o povo morre, o latifúndio aumenta, os pobres são humilhados, a polícia mata, as reservas indígenas são todas invadidas... Como o inverno, eu também sinto que estou gerando primavera”. (Laura Vicunha – membro da Coordenação Colegiada do Cimi Rondônia) ♦

Gritar ao mundo para exigir respeito

Índigenas brasileiros, acompanhados pelo Cimi, mais uma vez, denunciam a organismos internacionais as graves violências e os retrocessos políticos que violam direitos dos povos originários deste país. A determinação de viver em seus territórios ancestrais é o principal motivo de os indígenas terem suas vidas ceifadas por aqueles que almejam explorar a terra e os bens comuns nela existentes.

Assessoria de Comunicação

Mais de mil indígenas, representando comunidades de todo o mundo, participaram da 15ª Edição do Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Indígena (UNPFII, sigla em inglês). Realizado em Nova Iorque (EUA), entre 9 e 20 de maio, o encontro da ONU teve como tema central a questão da paz e dos conflitos relacionados à terra, ao território e aos recursos dos povos indígenas, seus direitos e identidade. Elizeu Lopes, liderança Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul denunciou, mais uma vez, a situação de crise humanitária que se povo enfrenta no Fórum.

Representado pelos missionários Laura Vicuña Pereira e Flávio Vicente Machado, o Conselho Indigenista Missionário ressaltou as violências e violações que têm sido praticadas contra os povos indígenas do Brasil. “Setores econômicos e políticos anti-indígenas brasileiros atuam fortemente dentro dos três poderes do Estado com o propósito de colocar em marcha ações contra estes povos”, afirmou a missionária no Fórum da ONU. Ao avaliar a grave conjuntura brasileira naqueles dias, Laura Vicuña ponderou que “a atual situação política é muito instável e preocupante, uma vez que a violência contra os povos indígenas e seus aliados se intensificará”. Os povos indígenas vivem no Brasil um momento de aumento sensível da criminalização e da violência, a exemplo do recente anúncio de reinvasão da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso (MT), estreitamente ligada ao momento político vivenciado no país.

Laura sublinhou as ameaças sofridas pelos povos indígenas em situação de isolamento voluntário, a falta da garantia de direitos e a adoção da tese do “marco temporal” em recentes decisões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), apesar de recente decisão da maioria dos ministros, em plenário, no sentido oposto. Essa tese propõe uma interpretação controversa da Constituição Federal ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos indígenas na data de 5 de outubro de 1988; na prática, um instrumento para sublimar o direito à terra.

As dificuldades enfrentadas nas áreas da saúde e da educação, além dos ataques desferidos pelo Poder Legislativo, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, e a paralisação das demarcações pelo Poder Executivo, também foram mencionadas no discurso da representante do Cimi na ONU. “São pelo menos 360 terras indígenas que seguem sem nenhuma providência no processo demarcatório”, afirmou Laura.

Para finalizar, a missionária do Cimi solicitou ao presidente do Fórum, Álvaro Pop, indígena Maya Q’eqchi da Guatemala, que pressione o governo brasileiro para cumprir com o direito constitucional de demarcar e proteger todos os territórios indígenas. E ainda para assegurar a proteção à vida dos defensores indígenas ameaçados de morte e garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, como preconiza a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



A crescente violência e criminalização dos povos indígenas no Brasil foi, mais uma vez, denunciada em Fórum da ONU: direito ao território é o mais ameaçado

Após 17 anos, OEA aprova declaração de direitos dos povos

France Press

Durante as sessões da 46ª Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos (OEA), realizada em Santo Domingo, capital da República Dominicana, no início de junho, os 34 países-membros da entidade aprovaram a Declaração Americana sobre os Povos Indígenas, cujo texto foi debatido durante 17 anos.

“É um momento histórico para os povos indígenas das Américas, pois é a primeira vez que a OEA reconhece um conjunto de direitos dos povos indígenas”, disse a jornalista Adelfo Regino Montes, representante do povo Mixe no México. “Estão sendo implantadas as bases para que exista uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas”, acrescentou.

O documento reconhece a organização coletiva, o caráter pluricultural e multilíngue das sociedades, e se pronuncia sobre a auto-identificação das pessoas que se consideram indígenas. Também dá proteção especial aos povos em isolamento voluntário ou em contato inicial, um elemento que, segundo a OEA, o distingue de outras iniciativas na questão.

“Esta declaração busca que os Estados façam mudanças, procurem modelos inclusivos” e “que não nos imponham projetos de desenvolvimento”, disse Héctor Huertas, representante do povo Guna do Panamá. Há 50 milhões de indígenas no continente americano, segundo os representantes indígenas.



Ruy Sposati

Um problema mundial

Durante a abertura do Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Indígena (UNPFII), o novo presidente da organização, Álvaro Pop, afirmou que a globalização acelerada e a busca por novas terras para a exploração de recursos naturais tem potencializado os conflitos nos territórios dos povos indígenas.

“Os povos indígenas estão experimentando cada vez mais conflitos armados e a militarização de suas terras. Em quase todas as regiões do mundo, os povos indígenas estão sendo desterritorializados e severamente afetados pela violência e pelo militarismo. Em alguns países, os povos indígenas estão se convertendo em vítimas da violência, dos massacres, inclusive o genocídio, devido às suas identidades distintas”, revelou Pop em entrevista.

Ele sublinhou que não é possível haver paz nesses processos, a menos que se permita a participação das comunidades indígenas, em condição de igualdade, na resolução das disputas. Por outro lado, o novo presidente do fórum convocou os países a passar “da retórica à prática”, e implementar os compromissos assumidos na Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotados pela Assembleia Geral da ONU em 2007, e que faz referência

direta ao direito à terra e à autodeterminação.

Álvaro Pop também afirmou que um dos propósitos do encontro é chamar atenção aos problemas que as populações indígenas enfrentam nos conflitos, e a importante contribuição de suas tradições e práticas na prevenção de conflitos e na busca pela paz.

O Fórum permanente também trata de questões relacionadas aos jovens indígenas, à saúde, educação, língua, aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e social, ao meio ambiente e à cultura, como seguimento da Conferência Mundial de 2014 sobre os povos indígenas. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, e sua relação com os povos indígenas, também teve destaque nas discussões, durante o evento.

Diante da perspectiva de aprofundamento ainda mais agudo da movimentação anti-indígena no novo governo, indígenas marcham em protesto durante o Acampamento Terra Livre

Preocupação com a conturbada política brasileira

No período do Fórum da ONU, o Brasil vivenciava uma turbulenta situação política, com o afastamento temporário de Dilma Rousseff da Presidência, pelo senado, e a entrada do vice, Michel Temer, como presidente interino. Representantes dos povos indígenas reunidos em Brasília no período reagiram imediatamente, pelo temor ao presidente interino, reconhecidamente comprometido com a bancada ruralista e outros setores conservadores do Congresso Nacional.

Durante o Acampamento Terra Livre (ATL), ocorrido entre 10 e 13 de maio, preocupados com os sérios riscos de retrocessos em seus direitos, lideranças de todo o país realizaram mobilizações contra um aprofundamento ainda mais agudo da movimentação anti-indígena no novo governo.

Em manifesto divulgado no final do ATL, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) destacou que “a preocupação aumenta diante da instalação de um novo governo que a maioria dos setores sociais e populares, como nós, considera ilegítimo e cuja composição é notadamente conservadora e reacionária, além de ser ajustada aos interesses privados que assaltaram o Estado e que ameaçam regredir os direitos sociais”.

A preocupação não era sem motivo. O ministro da Justiça Alexandre de Moraes chegou a sinalizar a possibilidade de rever, e talvez, revogar, 21 atos administrativos demarcatórios de terras assinados pelo governo Dilma antes do afastamento da presidenta. Estes processos aguardavam encaminhamentos do Poder Executivo há quase uma década e ficaram na mira de derrubada pelo governo interino. Em alguns casos, como a Terra Indígena Taunay Ipegue, do povo Terena (MS), havia até mesmo uma decisão da Justiça Federal determinando ao Ministério da Justiça que encaminhasse o processo administrativo, por causa da demora em cumprir os procedimentos.

Sobre este contexto, a relatora Especial da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz se pronunciou à 15ª edição do Fórum Permanente com preocupação ao analisar a situação destes povos no Brasil. Para Victoria, que esteve em março percorrendo terras indígenas no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará, existem vários indícios de um etnocídio em curso no país. A relatora afirmou que os benefícios aos interesses privados ocorrem em detrimento dos direitos dos povos indígenas, e que o governo provisório se mostra afeito a intensificar tais práticas que historicamente se constata no Brasil.

Visibilidade e pressão internacional

Erika Yamada, Relatora de Direitos Humanos e Povos Indígenas da Plataforma Dhesca Brasil (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) participou do Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Indígena (UNPFII), em Nova Iorque. Advogada e perita da Organização das Nações Unidas para direitos humanos, avalia que o Fórum “não é um espaço de denúncias, mas de diálogos entre governos”. Mas ressalta que nele há espaço aberto de diálogo mais direto para lideranças indígenas com a ONU.

A advogada destaca que denúncias sobre a situação dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul ao Fórum permanente da ONU, e sobre outras áreas, durante os últimos três anos, chamaram atenção internacional. Culminaram na visita da relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, em março, a diversas áreas no Brasil. Cita como resultado positivo, após a visita, a assinatura de diversas portarias declaratórias de terras indígenas e a homologação da TI Cachoeira Seca, dos Arara, atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. No entanto, Erika destaca que o sucesso se deve sempre ao conjunto de pressões: da ONU e dos movimentos indígenas, com o apoio da sociedade civil.

De acordo com Erika, o processo de recebimento de uma denúncia “gera respaldo internacional, trazendo visibilidade à questão”. Os mecanismos de averiguações e as recomendações fazem o Estado brasileiro tomar providências sobre os casos, segundo ela, “dependendo de como o governo reage frente às questões apresentadas e se está preocupado com a imagem externa quanto aos direitos humanos”.

A especialista cita como exemplos históricos de eficácia da pressão internacional os casos das terras dos Yanomami e da homologação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima. “Muita pressão da luta dos indígenas, o apoio da sociedade civil, o entendimento e a ação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) resultaram na demarcação e homologação dessas terras”.

A CIDH é uma das duas entidades que integram o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington (EUA). Este Sistema oferece proteção às terras indígenas e a seus recursos naturais, estabelecendo obrigações legais aos Estados. Além do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no âmbito da OEA, o Brasil está sujeito a compromissos e obrigações de direitos humanos na Organização das Nações Unidas, tanto pelos Pactos de Direitos Humanos, Convenção 169 da OIT e Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Cerd), entre outros. Alguns desses instrumentos preveem mecanismos de denúncia de violações de direitos, que podem ser apresentadas por indivíduos e organizações.



Apelo contra *La Gran Muerte*

“Genocídio é quando você é morto não pelo que fez e sim pelo que você é. Precisamos fazer análises técnicas do que, historicamente, acontece no Mato Grosso do Sul, principalmente quanto aos deslocamentos forçados e ao assassinato de membros específicos do povo Guarani e Kaiowá”

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

“Esta semana recebemos mais uma ordem de despejo contra famílias Kaiowá. É o *tekoha* - lugar onde se é - Apyka’i, da cacique Damiana, companheira que perdeu o marido, dois filhos, dois netos e outros parentes atropelados quando foram expulsos de seu território e obrigados a viver às margens de uma rodovia. Sua tia morreu quando fazendeiros lançaram pesticidas sobre ela”, disse Eliseu Lopes Guarani Kaiowá aos mais de mil indígenas de todo o mundo presentes na 15ª edição do Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) Sobre a Questão Indígena, realizada em maio em Nova Iorque (EUA). A qualquer momento cacique Damiana poderá voltar com sua comunidade para as margens da rodovia expulsa por uma ordem de despejo. Eliseu explica que para os “anciãos Ñanderú” de seu povo se trata de *La Gran Muerte*; na tradução para o branco: genocídio, ou, em alguns entendimentos, etnocídio - o que não muda os efeitos da *Gran Muerte*.

Diante de tal quadro vivenciado por diversos povos indígenas Brasil a fora, a liderança Guarani Kaiowá pediu uma declaração urgente da ONU às autoridades brasileiras contra o genocídio dos povos indígenas e que os direitos sejam respeitados e garantidos no país. Eliseu integra o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e faz parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, sendo um dos 111 indígenas protegidos pelo Estado por se opor às “expulsões dos territórios, ao acoso, às ameaças e às discriminações”, conforme o Guarani Kaiowá expressou em seu discurso. Como integrante do Conselho Continental da Nação Guarani, o indígena pediu estudos sobre a situação de 250 mil Guarani espalhados em quatro países - Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil - que vivem “em uma grande família” e passam por situações de violações de direitos humanos semelhantes.

“Quero denunciar que as violências a que estamos submetidos são iguais em todos os países. Não temos o direito de ir e vir, além de nos tratarem como estrangeiros em nosso próprio território. As grandes empresas violam os nossos direitos e os governos nacionais não cumprem com suas normas constitucionais relativas à segurança e defesa de nossos direitos. No Paraguai, fazendeiros brasileiros atacam o nosso povo e queimam escolas. Na Bolívia, as petroleiras deixam nosso povo vulnerável. Na Argentina é muito forte a marginalização de nosso povo; falta assistência e políticas públicas”, afirmou Eliseu Guarani Kaiowá. A liderança lembrou que desde a sua última visita ao Fórum da ONU mais um indígena Guarani Kaiowá acabou assassinado no Brasil: Simião Vilhalva, do *tekoha* Ñanderú Marangatú, homologado em 2005 pelo governo federal, mas ainda invadido por fazendas.

“Até o momento, nada foi feito para punir os assassinos. Um fazendeira caminha livremente, na luz do dia, nos mostrando armas, inclusive para nossos filhos, e até o momento nada foi feito pelas autoridades brasileiras. Nossas lideranças estão ameaçadas de morte e desprotegidas. Sofrem intimidações da polícia e são criminalizadas por inúmeros processos judiciais”, denunciou Eliseu, também ameaçado de morte pelo

papel que exerce junto ao seu povo e como membro da Aty Guasu - Grande Assembleia Guarani e Kaiowá. No *tekoha* em que Eliseu vive, o Kurusu Ambá, quase uma dezena de lideranças foi assassinada numa luta de décadas pelo território tradicional - incluindo a anciã Xurite Lopes, morta com tiros pelas costas, sem nenhuma chance de defesa.

A liderança Guarani Kaiowá pediu à ONU que ajude os povos indígenas a fazer com que o governo brasileiro cumpra a Constituição Federal, garanta direitos e demarque os territórios tradicionais. Eliseu foi enfático ao dizer que os Guarani Kaiowá não aguentam mais ver fazendeiros com as mãos sujas de sangue do povo. “Não queremos que o sangue de nossas famílias reguem a soja, a cana e sirvam de comida para o gado. Não vamos renunciar a nossos territórios! Por isso, quero dizer que nossa Grande Assembleia Aty Guasu está finalizando uma denúncia internacional para a Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil, pelo descumprimento do direito constitucional e pelo etnocídio permanente pelo qual meu povo passa”, disse Eliseu ao encerrar o discurso no Fórum da ONU.

Genocídio: uma pauta urgente

Acompanhado pelos missionários Flávio Vicente Machado e Laura Vicuña, ambos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que se pronunciaram também ao Fórum da ONU, Eliseu Guarani Kaiowá esteve em reunião com representantes do Escritório de Prevenção ao Genocídio da ONU. “A reunião com o escritório de prevenção de genocídio foi muito importante, primeiro por confirmar que o Caso Guarani Kaiowá já é objeto de estudo do escritório, que tem como base de análise fatores de risco aos quais os Kaiowá lamentavelmente se enquadram; segundo por compartilhar nossas iniciativas de pesquisas no tema juntamente com universidades brasileiras”, avaliou Machado, do Cimi Regional Mato Grosso do Sul.

Quanto ao Marco de Análise da ONU, que define os fatores de risco sobre a prevenção do genocídio,

crimes de atrocidades ou contra a humanidade, o missionário destacou as pesquisas iniciais da Unisinos. Esta universidade do Rio Grande do Sul aponta que, dos 14 fatores de risco analisados pela ONU, os Guarani Kaiowá enfrentam situações que se enquadram em praticamente todos os pontos.

“Genocídio, como diz o conselheiro especial do secretário-geral da ONU para a Prevenção do Genocídio, Adama Dieng, é quando você é morto não pelo que fez e sim pelo que você é. Neste sentido precisamos fazer análises técnicas do que, historicamente, acontece no Mato Grosso do Sul, principalmente quanto aos deslocamentos forçados e ao assassinato de membros específicos do povo Guarani e Kaiowá”, explicou Machado. O missionário demonstrou aos representantes da ONU que nos últimos doze anos houve pelo menos um assassinato de indígena Guarani e Kaiowá a cada ano, na luta pelo território. Apenas em um dos casos - Nísio Gomes, em 2011 - foram registradas prisões. Isso confere ao Mato Grosso do Sul a triste alcunha de estado brasileiro que mais mata lideranças indígenas. “Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) apontam para mortes seletivas e metódicas, através de milícias armadas de fazendeiros, num consórcio de morte operando em todo estado, inclusive contra o povo Terena”, completou Machado.

No escritório da ONU, Eliseu Guarani Kaiowá e os missionários do Cimi denunciaram os desvios na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tratar do genocídio em curso no Mato Grosso do Sul. A CPI teve formação majoritária de deputados estaduais da bancada ruralista. “Informamos ao escritório que as organizações indígenas, juntamente com a sociedade civil sul-mato-grossense, com o apoio de advogados e universidades, trabalham em um relatório paralelo à CPI. Deputados ruralistas membros da CPI operam para desqualificá-la, estando mais preocupados com a imagem do estado do que com a vida de pessoas - mortas ou impedidas de exercer seus usos e costumes”, afirmou o missionário do Cimi.

Eliseu Guarani Kaiowá uma vez mais relatou episódios de violência contra o seu povo, oferecendo dados de realidade ao Escritório de Prevenção ao Genocídio da ONU. Para Machado, é importante destacar que o genocídio denunciado não se trata de força de expressão, mas que possui elementos concretos e estudados não apenas pelo Cimi, mas por centros de pesquisa do Brasil: “Não podemos aceitar análises superficiais e desprovidas de conhecimento, como fazem os deputados membros da CPI”, encerrou. ♦



Em quatro países, Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil, cerca de 250 mil Guarani enfrentam graves violações de direitos humanos

Vitória indígena contra “marco temporal”

Recurso que questionava demarcação da Terra Indígena Yvy Katu (Porto Lindo), no Mato Grosso do Sul, foi negado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF)

Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação

Durante a visita de uma delegação de indígenas ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 11 de maio, uma decisão do plenário garantiu uma grande vitória aos povos indígenas do Brasil. Foi negado recurso que contestava a demarcação de uma terra indígena no Mato Grosso do Sul com base na tese do “marco temporal”. Essa tese, uma das principais ameaças aos direitos constitucionais indígenas, propõe uma nefasta interpretação da Constituição Federal, ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos indígenas na data de 5 de outubro de 1988.

A decisão favorável aos indígenas trata da revisão dos limites da Terra Indígena (TI) Yvy Katu (Porto Lindo), do povo Guarani e Kaiowá, localizada no município de Japorã (MS). Em 1991, os limites da reserva, demarcada em 1928, foram revisados e se reconheceu que ela correspondia a 9.454 hectares. Um fazendeiro questionou a demarcação com um embargo declaratório que afirmava, com base na tese do “marco temporal”, que os novos limites reconhecidos não correspondiam ao “conceito de ocupação tradicional”, pois os indígenas não estariam lá em 5 de outubro de 1988.

O recurso foi negado pelo pleno do STF, referendando uma decisão tomada em 2010 e garantindo uma vitória contra a tese ruralista que tenta restringir a interpretação do que a Constituição Federal define como “ocupação tradicional”.

A tese do “marco temporal” foi incorporada ao relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, uma das mais graves ameaças aos direitos indígenas no âmbito do poder Legislativo. O “marco temporal” ignora o fato de que, até então, os indígenas não tinham sequer sua autonomia reconhecida pelo Estado brasileiro.

Presença no STF

Cerca de 30 indígenas presentes no Acampamento Terra Livre (ATL) passaram a tarde do dia 11 no STF. Eles acompanharam as votações no plenário e visitaram os gabinetes dos ministros do Supremo para entregar documentos sobre os direitos indígenas e as falhas e violações da tese do “marco temporal”.

Depois que se acomodaram nos assentos do plenário, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, fez referência à presença dos povos originários e colocou em pauta a análise da TI Yvy Katu (Porto Lindo). Os indígenas aplaudiram a decisão favorável dos ministros.

“Marco temporal” inviabiliza demarcações

A tese do “marco temporal” foi utilizada, originalmente, ao lado das 19 condicionantes, no processo que decidiu a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima. Apesar de, no processo, ter ficado definido que o acórdão do caso Raposa (Pet. 3388/RR) não se aplicaria automaticamente a outras terras, ele já foi utilizado em três ocasiões pela Segunda Turma



do STF: para anular a demarcação das TIs Guyraroka, do povo Guarani e Kaiowá, e Limão Verde, do povo Terena, ambas no Mato Grosso do Sul, além da TI Porquinhos, do povo Kanela Apanyekrá, no Maranhão. As decisões causaram grande insegurança e instabilidade aos povos indígenas. As duas primeiras foram tomadas com base no marco temporal e a última embasada em outra das condicionantes.

“Essa decisão de hoje é muito importante, pra nós indígenas, porque esse marco temporal pode inviabilizar completamente as demarcações de nossas terras tradicionais”, afirmou o cacique Edinaldo Tabajara, da Paraíba, que acompanhou a votação no STF.

“Se esse ‘marco temporal’ passa, ele vai atingir todos os povos indígenas do Brasil, mas especialmente os povos do Nordeste, que foram os primeiros a sentir o impacto da invasão. Em 1988 a gente estava lá, mas o Estado não nos reconhecia e nós não podíamos nos declarar”. O povo Tabajara é um dos povos resistentes ou ressurgidos, cuja identidade foi negada por anos pelo Estado brasileiro e reconhecida somente em 2006.

Ao visitarem os gabinetes dos ministros, os indígenas entregaram cópias do parecer do jurista José Afonso da Silva, que condena as decisões da Segunda Turma do STF e define a tese do “marco temporal” como “inconstitucional”. O texto seguiu em anexo a um documento elaborado pelos próprios indígenas sobre seus direitos constitucionais e o respeito à demarcação de suas terras tradicionais.

No documento, os indígenas apontam que uma das violações do “marco temporal” é desconsiderar que “até 4 de outubro de 1988, os índios estavam sujeitos ao regime de integração e assimilação, tutelados pelo mesmo Estado que, muitas vezes, foi o principal responsável ou o cúmplice direto das violações dos mesmos direitos territoriais pelos quais deveria zelar – inclusive e principalmente durante o regime militar de 1964 –, como já reconhecido oficialmente pelo Estado Brasileiro, entre outros, pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade”.

Decisão do plenário do STF, que negou recurso com base na tese do “marco temporal”, significa grande vitória aos povos indígenas do Brasil: terra tradicional dos Guarani e Kaiowá havia sido demarcada em 1928

Longa espera pela regularização

A Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã, fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai localiza-se a 477 km de Campo Grande. Mais de 500 Guarani e Kayowá vivem em uma pequena área da TI, demarcada judicialmente em 2004. Retomada da terra pelos índios, reintegração de posse aos fazendeiros, demarcação suspensa pela Justiça e lentidão marcam os 31 anos de duração do processo demarcatório desta terra indígena.

Para tentar acelerar o procedimento legal, em 2003 os indígenas ocuparam as áreas reivindicadas, permanecendo dois meses no local. Mas acabaram confinados em 10% da área demarcada, por causa dos diversos pedidos de reintegração de posse ajuizados. Em outubro de 2013, voltaram a ocupar toda a área declarada pelo governo federal como indígena, para pressionar pela homologação.

Em junho de 2005, o ministro da Justiça havia editado a Portaria n.º 1289, declarando a Terra Indígena Ivy Katu de posse permanente do grupo, com área de 9.494 hectares. A demarcação física da TI já foi realizada e o processo enviado à Presidência da República para a homologação, ato final da demarcação. No entanto, grande parte da área foi pleiteada judicialmente por 14 fazendeiros.

Nove processos de reintegração de posse haviam sido extintos pelo Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul antes do STF negar o recurso que contestava a demarcação da terra com base na tese do “marco temporal”. Perícia judicial, solicitada pelo MPF-MS, comprovou que os indígenas habitavam a área durante a colonização da região, sendo expulsos a partir de 1928 e confinados na reserva de Porto Lindo, no município de Amambai. O relatório pericial indica que “é possível dizer que houve uma série de atitudes equivocadas por parte do Estado brasileiro e por parte do antigo estado de Mato Grosso, que desapropriaram, venderam e titularam terras na região, desconsiderando a existência de ocupação tradicional indígena”. ♦

CPI da Funai/Incrá criminaliza e dissemina ódio contra indígenas, quilombolas e organizações aliadas no Brasil

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada no âmbito da Câmara dos Deputados para investigar as atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incrá) tem se constituído num espaço de perseguição e criminalização de lideranças dos Povos Indígenas, Quilombolas e das entidades que lhes prestam apoio. Os deputados ruralistas, além de investigarem as ações e serviços realizados pelos órgãos de assistência do governo, decidiram transformar a CPI num verdadeiro tribunal inquisitório.

Nas últimas semanas, parlamentares e assessores da referida CPI fizeram diligências em várias regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dirigiram-se de forma abrupta e autoritária para dentro de comunidades indígenas sem comunicá-las, sem informar o Ministério Público Federal (MPF), a quem cabe o dever Constitucional de fazer a defesa e o acompanhamento dos povos indígenas, sem comunicar o órgão indigenista e, mais grave, foram acompanhados da Polícia Federal, com a evidente intenção de tratar as comunidades indígenas como organizações perigosas e criminosas. Fizeram questão de demonstrar que as comunidades e suas lideranças estariam sendo investigadas pelo fato de serem indígenas e de lutarem por seus direitos.

O desrespeito ao modo de ser dos povos indígenas, a suas culturas, suas organizações sociais e o autoritarismo com que se dirigiram às lideranças, como se estas fossem objeto de investigação, constituem-se crimes. Portanto, esses fatos tornam a CPI ilegítima. No entender do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), há necessidade de se ingressar judicialmente contra a CPI para impugná-la, bem como para responsabilizar os parlamentares e seus assessores que, ao longo das últimas semanas, adentraram nas comunidades indígenas sem comunicá-las, sem consultá-las e inquirindo as pessoas como se fossem criminosas. Desrespeitaram não só a Constituição Federal, mas os tratados e as convenções internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Há parlamentares membros desta CPI da Funai e do Incra que deveriam, no entender do Cimi, responder juridicamente por crime de racismo e por incitação ao ódio e à violência contra indígenas. Notadamente o Cimi se refere aos deputados Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luis Carlos Heinze (PP/RS) que, no final do ano de 2013, numa audiência pública promovida pela Câmara dos Deputados no município de Vicente Dutra (RS), propuseram aos agricultores que se armassem e expulsassem os indígenas do jeito que fosse necessário, além de bradarem publicamente que indígenas, quilombolas, gays e lésbicas seriam “tudo o que não presta”. Os discursos de ódio dos dois parlamentares foram gravados e difundidos pela internet, mas, apesar disso, permanecem impunes.

Outro parlamentar que fomenta o ódio e o separatismo no país é o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC). Ele recentemente proferiu discurso na CPI afirmando que não se deve demarcar terras para os índios porque estes não contribuem com o desenvolvimento do país. E, mais grave,

vem postulando, através de sua página na rede social Facebook, a separação da região Sul do restante do país, com o slogan “O Sul é o meu País”. Argumenta que deve haver a separação da região Sul das demais porque, no Sul, se paga mais impostos e se recebe menos benefícios, fazendo a alusão de que os demais estados não produzem e são beneficiados pela União.

No dia 6 de abril a CPI aprovou requerimentos determinando que haja, por parte da Polícia Federal, investigação do Cimi e de lideranças indígenas que lutam pelo cumprimento da Constituição Federal, artigos 231 e 232. E não há necessidade de ser muito letrado para entender que tais artigos expressam claramente que os povos indígenas têm o direito à demarcação de suas terras. Portanto, lutar por este direito é legítimo. No entanto, os ruralistas da CPI, preocupados com os interesses daqueles que financiaram suas campanhas milionárias, fazem uso da estrutura do Estado brasileiro para atacar os povos, suas lideranças e aliados caracterizando-os como subversivos e determinando que sejam investigados e criminalizados.

O Cimi também alerta para os riscos deste momento nacional, quando se conduz, no Parlamento brasileiro, um processo de impedimento de uma presidente da República através de uma bancada de deputados sobre a qual também pesa suspeita de corrupção. Quando passam a ocorrer processos ilegítimos como este no núcleo do Poder do Estado, abrem-se fendas para que em outras esferas da sociedade pessoas ou grupos venham a se sentir legitimadas a praticar crimes. E fatos nesta direção já ocorrem. Por exemplo, no Paraná, dentro do acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu, na tarde do dia 7, a Polícia Militar (PM) promoveu uma ação contra uma comunidade de acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na ocasião, a PM do Paraná matou dois trabalhadores sem terra e feriu outras pessoas, sendo que algumas estão em estado grave.

Na Bahia, Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau Tupinambá, e o irmão, José Aelson Jesus da Silva, o Teity Tupinambá, foram presos, ilegal e arbitrariamente, no final da manhã do mesmo dia 7, também pela Polícia Militar, no município de Olivença. Ambos tinham passado momentos antes pela aldeia Gravatá, Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, no extremo sul baiano, onde indígenas Tupinambá denunciavam o crime ambiental da retirada ilegal de areia – depois de terem sofrido despejo no dia anterior. A prisão do cacique Babau e de seu irmão constitui-se numa retaliação pelo fato de estarem em luta pela demarcação da terra tradicional Tupinambá. As lideranças correm risco de vida ao estarem presas em Ilhéus. O Cimi entende que a escalada de violência em curso é potencializada pela omissão do governo federal que se nega a dar sequência regular ao procedimento administrativo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

No entender do Cimi está em curso, de forma intencional, um processo de quebra dos parâmetros da institucionalidade do país, com o conseqüente ataque aos direitos fundamentais das pessoas. Num país onde a presidenta da República é cerceada do direito do contraditório, da ampla defesa e se sente atacada por autoridades que estão sob suspeição, o que há de se esperar das relações sociais, políticas e jurídicas na sociedade?

No entender do Cimi, a CPI da Funai e do Incra é, em sua essência, parcial, inquisitória e rompe com a perspectiva de consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Trilhemos, se nada for feito com o objetivo de alterar o caminho da ilegalidade, para tempos ainda mais sombrios no que tange às liberdades individuais e coletivas e ao direito à vida dos que lutam por justiça no Brasil.

Brasília, 8 de abril de 2016
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)





Isaías Guajajara (à frente) foi um dos quatro indígenas da TI Arariboia, no Maranhão, assassinados no período de um mês: pressão constante de madeireiros

Em 30 dias, violência contra indígenas mais do que dobra em relação ao mesmo período de 2015

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Enquanto a agenda política dos Três Poderes da República segue voltada para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a todo custo, a guerra de baixa intensidade travada contra os povos indígenas faz cada vez mais vítimas. Nos últimos 30 dias, foram cinco assassinatos, cinco prisões, dois atentados e ao menos quatro ataques de pistoleiros a terras indígenas do Mato Grosso do Sul, além de despejos e tentativas de reintegrações de posse pela Polícia Federal no estado e na Bahia. Os dados demonstram uma escalada da violência e criminalização contra lideranças indígenas.

Conforme dados prévios do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2015*, entre 28 de março e 28 de abril de 2015 foram cinco casos ante doze episódios de violências e criminalizações contra lideranças e aldeias indígenas no mesmo período deste ano. Durante o ano passado não ocorreram prisões no período recortado; ataques a aldeias e reintegrações de posse não constam no recorte de 2015. O conflito territorial e as dificuldades do direito à terra pelas comunidades indígenas país afora estão entre as causas dos assassinatos, atentados, prisões. Na síntese apresentada abaixo, foram focados apenas os casos de assassinatos e os atentados. A matéria completa, com as informações sobre as outras violências praticadas contra os povos indígenas, está disponível em: <http://goo.gl/s8wBnk>.

Assassinatos

Entre os dias 26 de março e 22 de abril, os indígenas Aponuyre, Genésio, Isaías e Assis Guajajara, todos da Terra Indígena (TI) Arariboia, no Maranhão, foram assassinados. Com pouca fiscalização e sem sinal de investigação dos culpados, os indígenas Guajajara que vivem na área – já demarcada e habitada também por índios Awá isolados – sofrem com a constante pressão de madeireiros e temem por sua segurança.

Os assassinatos de indígenas do povo Guajajara – auto-denominados Tentehar – têm se sucedido rapidamente e de forma impune na TI Arariboia, e vêm ocorrendo tanto dentro do território de usufruto exclusivo dos indígenas quanto no

município mais próximo da área, Amarante do Maranhão (MA), bastante frequentado pelos índios que buscam itens no comércio local ou atendimento em serviços básicos.

No dia 26 de março, o indígena Aponuyre Guajajara, de apenas 16 anos e natural da aldeia Arariboia, uma das mais de cem aldeias do povo Tentehar/Guajajara que compõem a Terra Indígena Arariboia, foi assassinado a tiros no município de Amarante do Maranhão.

Na madrugada do dia 11 de abril, Genésio Guajajara, de 30 anos, habitante da aldeia Formosa, também foi assassinado na zona urbana de Amarante do Maranhão com pauladas e um tiro no tórax. Ele estava na cidade para receber a cesta básica distribuída pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

No dia 19 de abril, Isaías Guajajara, de 32 anos, da aldeia Bacabal, foi assassinado a facadas, também no município de Amarante do Maranhão. Poucos dias depois, em 22 de abril, o indígena Assis Guajajara, de 43 anos e morador da aldeia Nova Viana, foi morto a pauladas no interior da própria terra indígena.

Atentados

Ailson dos Santos Truká foi internado no Hospital Regional de Caruaru, município do agreste de Pernambuco, depois de sofrer atentado a mão armada no dia 16 de abril. Yssô Truká, como é conhecido, foi atingido por três disparos e um dos projeteis se alojou na região pélvica. O atentado aconteceu por volta das 5 horas da manhã na frente de uma casa mantida por estudantes indígenas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Caruaru.

No Maranhão, um outro atentado terminou em morte. Na noite do dia 21 de abril, o indígena Joel Gavião Krenyê, liderança do povo Phycop (Gavião), da Terra Indígena Governador, acabou morrendo depois de um suposto acidente, onde apenas o veículo em que o indígena estava permaneceu no local. Embora a justificativa oficial para a morte seja a de que Joel se envolveu em um acidente automobilístico no caminho entre o município de Amarante do Maranhão e a TI Governador, a perícia ainda não foi realizada e os indígenas defendem que se trata de um atentado contra Joel. ♦

Pauta Indígena

1/4

- Manifestação na UFRGS cobra expulsão dos agressores de estudante indígena

4/4

- Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos analisa a situação dos direitos indígenas no Sul do país
- Destruição de símbolos sagrados é estratégia para desagregar índios de suas terras, denuncia depoente

5/4

- Belo Monte, “um monumento à insanidade”, afirma Dom Erwin Kräutler

6/4

- Novo convocado à CPI do Cimi “não representa indígenas da reserva”, afirmam lideranças
- Nossa decisão é retomar até o último metro quadrado de terra tradicional”, diz carta da 8ª Grande Assembleia Terena

7/4

- Para MPF/PA, homologação da Terra Cachoeira Seca é dívida histórica do Brasil com índios do Xingu

8/4

- Presos arbitrariamente, cacique Babau e Teity Tupinambá correm risco em presídio de Ilhéus

11/4

- Após audiência, cacique Babau e Teity Tupinambá passam para prisão domiciliar

13/04

- CPT lança o relatório *Conflitos no Campo Brasil 2015*
- Articulação dos povos indígenas da região Sul denuncia criminalização pela CPI da Funai/Inkra

14/04

- Presidente do Cimi nega acusações contra a entidade e reafirma compromisso com povos indígenas

15/4

- Mais um indígena Tenetehar/Guajajara é assassinado a tiros e a pauladas em Amarante do Maranhão

16/4

- Liderança do povo Truká é atingida por três tiros durante atentado de pistoleiros em Caruaru (PE)

18/4

- MPF pode barrar exploração de silvinita em Autazes (AM) se indígenas não forem consultados

19/04

- Survival lança campanha internacional contra o genocídio dos povos indígenas no Brasil
- Quatro terras indígenas tiveram relatório de identificação publicado hoje

22/4

- Justiça suspende contratos de exploração de floresta no Pará incidente em território Munduruku

26/4

- Organizações pedem que mineradoras do Canadá respeitem direitos humanos na América Latina
- CIDH apresenta caso sobre o Brasil, envolvendo o povo Xukuru, à Corte Interamericana
- Um ano depois do assassinato de Eusébio Ka'apor, direitos indígenas continuam sendo violados no Brasil

27/4

- Homenagem ao Grande Guerreiro Joel Martins Gavião Krenyê

28/4

- Violência institucional: o indígena na exegese dos tribunais

29/04

- Governo adia demarcações de terras anunciadas e frustra expectativa dos povos indígenas

Eles dizem ter filosofia, nós unicamente cosmovisão

“O ocidente tentou impor seu pensamento como a filosofia universal. Esse pensamento moderno ‘superior’, no prazo de três séculos, devastou e devasta ciclos de vida, e até mesmo a capacidade de regeneração e autoclimatização de nossa Mãe Terra”.

Ollantay Itzamná, indígena Quéchua

Na retórica da intelectualidade presume-se que os povos indígenas ou originários de *Abya Yala*, e do resto do mundo, temos unicamente cosmovisão e o ocidente filosofia.

É muito comum ouvir indígenas (profissionais ou não) repetir com um ar de orgulho sobre a cosmovisão de seus povos, como a mais alta construção intelectual e espiritual de seus ancestrais. Mas você sabe por que e quem cunhou o conceito de cosmovisão? Será que eles sabem que, assumindo, aproveitando tal construção “naturalizam” o racismo integral que nos causa danos?

Segundo Dilthey, Schelling, Heidegger, Kierkegaard, Hegel, entre outros, a cosmovisão é a forma primária (pré-teórica) de ordenar e explicar o mundo, feito por um grupo cultural, sem muita abstração teórica. A filosofia, é a explicação profunda e ampla da realidade total. É a abstração teórica e metafísica para responder às perguntas transcendentais que inquietam a humanidade.

Por isso Heidegger, no início do século XX, disse: “A cosmovisão expõe fenômenos fora da filosofia”. E, no melhor dos casos, a cosmovisão formaria parte do fazer filosófico primário para tentar responder, de maneira limitada, às preocupações humanas.

Está claro que a cosmovisão, segundo seus criadores, não tem categoria de filosofia por ser um “esforço” elemental. É afirmar que os povos atrasados ou inferiores têm cosmovisão (visão mágica de sua realidade). E os povos avançados ou superiores constroem filosofia (contam com a razão e a vontade para teorizar e abstrair a realidade).

Por que os alemães criaram esta ideia no final do século XIX? No fundo com a finalidade de justificar o que Hegel e outros já haviam afirmado antes: a suposta superioridade mental, espiritual e cultural deles sobre o resto dos povos. Ali se assume que eles, por estarem habitados por um espírito humano superior, têm filosofia, e, nós, o resto (povos inferiores/atrasados), temos unicamente cosmovisão.

Nas faculdades de filosofia ocidental se ensina que a sociogênese da filosofia se encontra nos povos gregos do século IV antes de Cristo (a.C.) Estes povos de navegantes, rodeados de águas marinhas, registraram perguntas e respostas a suas inquietudes existenciais (condicionados por sua época, geografia e outras circunstâncias), e os europeus os assumiram como a base de sua civilização.

Desde então, a academia ocidental, e aqueles que se esforçam para ser reconhecidos como acadêmicos,

divulgam as perguntas e respostas dos gregos do século IV a.C. como a única verdade filosófica universal, capaz de explicar e organizar a realidade.

É importante notar que, de acordo com os escritos gregos, a *philosophia* (amor à sabedoria) construída pelas comunidades, sob a orientação dos sábios, tinha uma perspectiva abrangente/holística da realidade. Poesia, mitologia, teogonia, matemática, astronomia, ética, política, metafísica, etc, constituíam a dita filosofia.

Foi com o decorrer do tempo que a Europa selecionou apenas as “teorias abstratas” da filosofia grega e censurou o resto dos documentos como mera “literatura”. Lá nasceu a racionalidade linear e fragmentada, que, logo em seguida, deu origem à “razão linear” ocidental. Ou seja, a filosofia como nós a conhecemos atualmente. Os gregos nunca poderiam imaginar, naquela época, a universalização do seu pensamento.

Povos indígenas têm filosofias, não cosmovisões

Maias, Astecas, Chipchas, Quéchuas, Aymaras, Guaranis, Mapuches, etc temos as nossas próprias filosofias, através das quais compreendemos e explicamos as nossas realidades. E existem tantas filosofias

como povos ou civilizações coexistindo no planeta.

Quem supõe que existe uma filosofia única (ocidental) e cosmovisões simplesmente externa o racismo mental e espiritual que habita. E se algum pensamento aborígene ou indoméstico assume o pensamento/espiritualidade/ritualidade de seus ancestrais como cosmovisão, por ignorância ou por má formação, padece de reproduzir a colonialidade do saber e do poder ocidental.

O ocidente tentou impor seu pensamento como a filosofia universal. Esse pensamento moderno “superior”, no prazo de três séculos, devastou e devasta ciclos de vida, e até mesmo a capacidade de regeneração e autoclimatização de nossa Mãe Terra.

Isso ocorre porque nós, e outros, desprezamos o que é nosso: assumindo que eles têm filosofia, e nós só cosmovisão. Eles têm arte, nós unicamente artesanato. Eles têm religião, nós apenas crenças. Que eles falam idiomas, nós apenas línguas. Que eles têm cultura, nós apenas tradições. E, assim por diante, seguem além os desapareços semânticos “naturalizados”. ♦

Este artigo foi originalmente publicado no blog *Sussuros del silencio* - <https://ollantayitzamna.wordpress.com>, em 24 de maio de 2016



“Quem supõe que existe uma filosofia única (ocidental) e cosmovisões simplesmente externa o racismo mental e espiritual que habita”

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul – Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim – www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Baixo relevo esculpido em madeira, de 1551 - documentando a Festa de Rouen - que estava na fachada de uma casa de madeira chamada Ilha do Brasil e hoje pertence ao Museu das Antiguidades da França

Os índios e a queda da Bastilha

Publicação de Affonso Arinos revela que pensadores que formularam os princípios e o ideário da Revolução Francesa estavam fascinados pelo modo de vida das sociedades indígenas brasileiras

José Ribamar Bessa Freire, Colaborador

Num dia de outono de 1972, depois de ver *O charme discreto da burguesia* que acabava de ser lançado em Paris, o escritor amazonense Márcio Souza e eu fizemos uma longa caminhada pela avenida Daumesnil. No momento em que entramos na Praça da Bastilha, ele interrompeu os comentários sobre o filme e me disse num tom provocador:

“- Quem diria, hein? Os índios brasileiros ajudaram a derrubar a Bastilha”.

Na hora, a afirmação me pareceu tão absurda e delirante quanto dizer que para fazer a *bouillabaisse* de Marselha - um caldo de peixe com molho apimentado - os franceses se inspiraram na *quinhapira* dos índios do Rio Negro. São duas receitas que têm em comum o fato de produzirem, ambas, dois pratos deliciosos e sofisticados com peixe e molho de pimenta, mas que nunca conversaram uma com a outra. Por isso, pensei que Márcio estava de gozação. Não estava.

Mas a surpresa não se deu apenas pelo fato de não haver qualquer relação entre os dois pratos. É que nós, brasileiros, somos amestrados para achar naturais apenas as influências de lá para cá. A França marcou os movimentos independentistas do Brasil, o pensamento, a ciência, a arte, a culinária, a arquitetura, os hábitos, os modos e modas da sociedade brasileira. Se nos disserem que Villegaignon fabricava *poire* e foi ele quem ensinou os Tupinambá do Rio a fazer *caxiri*, a nossa alma vira-lata é capaz de acreditar. O contrário nos choca, não ousamos sequer imaginar qualquer contribuição das culturas indígenas à civilização francesa, sequer o hábito do banho diário.

O bon sauvage

No entanto, parece extremamente válido supor que o contato entre povos gera influências recíprocas, mesmo quando se trata de uma relação de dominação e opressão. É via de mão dupla. Foi pensando assim que Affonso Arinos de Mello Franco pesquisou para escrever *O Índio brasileiro e a revolução francesa - As origens brasileiras da teoria da bondade natural*, livro publicado em 1937, que permanece ignorado pela academia. Seu autor é insuspeito, nunca esteve envolvido com as lutas indígenas, sequer simpatizava com os índios. Inicialmente, ele queria saber quais os filósofos gregos que nutriram o ideário da revolução francesa. Acabou encontrando os índios.

Por indicação do Márcio, li o livro de Arinos, cuja hipótese central é a de que os pensadores franceses que

contribuíram para a formulação dos princípios e do ideário da Revolução de 1789 estavam fascinados pelo modo de vida dos índios e beberam diretamente, entre outras fontes, nas sociedades indígenas e nas reflexões dos índios. Os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, formulados no plano teórico, tinham referências concretas na forma como os índios viviam e se relacionavam - uma prova palpável e viva de que a sociedade podia ser organizada de forma diferente.

Para comprovar sua hipótese, o jovem Arinos, que nos anos 1930 residiu num sanatório em Genebra, rastreou as obras dos pensadores mais destacados da França, nos séculos XVI, XVII e XVIII, com o objetivo de verificar a relação deles com os índios que viviam no Brasil e em que medida tiveram o pensamento influenciado por esse convívio. Depois de fuçar arquivos e bibliotecas da Europa, o autor assinala dois tipos de contato: um, indireto, através de leituras, e o outro, direto, com os próprios índios.

Relatos e descrições etnográficas dos viajantes, missionários e cronistas europeus sobre o Brasil no período colonial foram lidos e assimilados pelos intelectuais franceses. Crônicas como as de Jean de Léry e André Thevet, que moraram no Rio em meados do século XVI, de Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux, que estiveram no Maranhão no início do século XVII, de Jean Mocquet e de tantos outros tiveram grande repercussão na época, fortalecendo a idealização dos índios e o mito do “bon sauvage”, mas sobretudo registrando suas formas de vida, “sem fé, sem lei e sem rei”.

Os índios na França

Depois de revelar a influência desses viajantes sobre o pensamento dos intelectuais franceses, Arinos fez um levantamento sobre o intercâmbio sistemático e a constante presença na Europa de centenas e centenas de índios provenientes do Brasil. Seu exaustivo balanço mostra que Raoni, no século XXI, foi apenas o último de uma enorme lista de caciques recebidos nos últimos cinco séculos pelos chefes de Estado. Os seis Tupinambá levados a Paris por Claude D'Abbeville foram batizados pelo bispo de Paris tendo como padrinho e madrinha o rei e a rainha da França.

Destá forma, intelectuais de peso tiveram contato direto com os próprios índios, como são os casos de Montaigne, Voltaire e Rousseau, entre outros citados por Arinos. Para escrever o seu ensaio

sobre o canibalismo em meados do século XVI, Montaigne, por exemplo, ajudado por intérpretes, manteve longas entrevistas com índios Tupi que visitavam a França, e concluiu que a Inquisição dominante na Europa estava muito mais distante da civilização do que a antropofagia.

O livro de Arinos reconstituiu a festa brasileira realizada em 1550, em Rouen, na Normandia, com participação de 50 índios Tupinambá do Rio, aliados da França, que recebeu os “primeiros bolsistas” daqui.

Esses índios construíram malocas às margens do Rio Sena e realizaram uma performance em homenagem a Henrique II e Catharina de Medicis, um combate simulado no qual os Tupinambá e franceses derrotaram portugueses e seus aliados Tabajara, incendiando suas tabas. O êxito foi tal que outras cidades, como Troyes e Bordeaux, entre outras, realizaram festas similares.

Muitos índios que visitaram a França são citados, como o chefe potiguar Soro-bebé, “o primeiro exilado político

brasileiro”, cuja história é narrada por Arinos, que reproduz documentos arquitetônicos, como a imagem de um friso no interior da igreja de S. Jacques, em Dieppe, de 1530, no qual estão representados índios provenientes do Brasil ou o baixo relevo esculpido em madeira, de 1551 - uma espécie de “história em quadrinhos” da Festa de Rouen - que estava na fachada de uma casa de madeira chamada Ilha do Brasil e hoje pertence ao Museu das Antiguidades, que tive oportunidade de visitar em companhia da fotógrafa Cláudia Andujar.

Para Sérgio Rouanet, o livro de Affonso Arinos, começado em 1932, é uma contribuição relevante para a história das mentalidades, que mantém sua atualidade 80 anos depois. “A atualidade vem do fato de que Arinos trabalhou em grande parte com fontes primárias e que nesse sentido sua bibliografia não ficou obsoleta” - escreveu Rouanet, lembrando que efetivamente o Brasil, através dos índios, “forneceria a matéria-prima para a produção, na Europa, de teorias revolucionárias”.

O livro de Arinos, por seu caráter provocador e instigante, foi reeditado, mas sem muito alarde. Sua leitura nos leva, no mínimo, a não considerar absurda a afirmação inicial e nos conduz a uma indagação inquietante: por que os ideólogos da Revolução Francesa foram influenciados pelas sociedades indígenas, mas o mesmo não ocorreu com os teóricos dos movimentos políticos e sociais do Brasil? ♦

“Os seis Tupinambá levados a Paris por Claude D'Abbeville foram batizados pelo bispo de Paris tendo como padrinho e madrinha o rei e a rainha da França”

“Os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, formulados no plano teórico, tinham referências concretas na forma como os índios viviam e se relacionavam”

A conquista do Baixo Amazonas

Benedito Prezja, Historiador

A conquista da Amazônia não diferiu das demais áreas do Brasil, sendo marcada por muita violência e engano. Embora a região fosse reivindicada pelos espanhóis, baseados no Tratado de Tordesilhas, os portugueses pouco consideravam não só esses limites, como também os povos nativos que ali viviam. Com as perdas territoriais na Índia e buscando a restauração da monarquia portuguesa, os lusitanos se propuseram a ocupar a região, que parecia bastante rica. A expulsão dos franceses do Maranhão foi o ponto de partida para essa ocupação.

O domínio do grande *Paraguassu* (o grande *pará*, o grande rio), povoado por centenas de povos nativos, não foi tão simples como imaginavam os lusitanos. Os Tupinambá, que ocupavam sua foz, aceitaram inicialmente o domínio português, que se consolidava a partir da construção do Forte do Presépio, o qual deu origem à vila de Nossa Senhora de Belém, hoje Belém.

Sem ter gente para povoar a nova colônia, o rei determinou que fossem enviados para a região os presos de Portugal que tivessem penas de degredo. Mais uma vez o Brasil se tornava uma colônia penal.

O início dessa colonização foi marcado por muitos conflitos e assassinatos. O capitão-mor, Francisco Caldeira de Castelo Branco, por sua postura autoritária e violenta, foi deposto pela população. Percebendo as desavenças entre os colonos, os Tupinambá, sob o comando de Guaimiaba, resolveram também mostrar sua insatisfação. Sitiaram a vila, desfechando um expressivo ataque no dia 7 de janeiro de 1619. Os moradores resistiram por vários dias, tendo ocorrido muitos mortos em ambos os lados, inclusive o grande cacique.

Diante da pressão indígena e para ter mais controle sobre esse território, nesse mesmo ano o rei criou uma administração autônoma, o Estado do Maranhão, ligada diretamente a Lisboa, compreendendo as capitânicas do Pará, Maranhão e Ceará.

Com a presença portuguesa muita coisa mudou, inclusive o nome do grande rio. Deixou de ser *Paraguassu*, tornando-se Rio das Amazonas. Era a imposição de uma lenda que falava da existência de mulheres guerreiras, que viviam sem homens, como as amazonas gregas. Mas o antigo nome ainda permaneceu na capitania, que passou a se chamar de Grão-Pará, tradução literal de *Paraguassu*.

O povo Tapajós

Entre os nativos que resistiram aos portugueses destacou-se o povo Tapajós, temido por suas táticas guerreiras e pelas flechas envenenadas. Vivia ao longo dos rios Tapajós e Curuá Una, onde hoje se localiza a cidade de Santarém (PA).

Diferente da maioria dos povos nativos da região, os Tapajós possuíam uma estrutura social mais complexa, denominada pelos historiadores de *cacicado*, com hierarquia interna, compreendendo nobreza, guerreiros e artesãos. As aldeias, que se espalhavam ao longo do



Rio Amazonas, eram bem populosas, chegando algumas a ter dez mil pessoas. Maurício Heriarte, cronista português que percorreu o Rio Amazonas nessa época, escreveu que em momentos de guerra podiam reunir até sessenta mil guerreiros. E observava "que por ser muita a quantidade de índios Tapajós, são temidos dos demais índios e nações, e assim se tem feito soberanos daquele distrito. São corpulentos e mui grandes e fortes. Suas armas são arcos e flechas, mas as flechas são ervadas e venenosas, de modo que até agora se lhe não tem achado [um remédio] contra, e é por causa disso que os outros índios os temem"¹.

Possuíam mercados, onde era comercializado o excedente da produção, como animais domesticados (patos e papagaios), além de tartarugas, que eram criadas em tanques.

Mais do que a mandioca, o milho era sua base alimentar. Plantado nas várzeas, em grandes roças, os grãos eram guardados em grandes potes enterrados e misturados na cinza para evitar o caruncho. Conheciam o arroz selvagem, cultivado nos brejos, com o qual faziam beiju e cauim, bebida fermentada.

A cerâmica foi a marca dessa cultura. Seus vasos em forma de taça de gargalo, possuíam bordas decoradas com apliques de figuras humanas e de animais estilizados. Muitas estatuetas mostravam atividades diárias. A sofisticação de detalhes do artesanato revela o grau de habilidade de seus artesãos. Famosos tornaram-se

também os *muirakitãs*, pequenas figuras esculpidas em pedra nefrita, de tons verde-claro, rosa e preta, em formato de rã, tartaruga e peixe, usados como enfeites. Mais tarde os brasileiros passaram a usá-los como amuletos. Foram também vendidos para a Europa pois, triturados, eram indicados para a cura de doenças renais.

Não usavam roupas, mas nas cerimônias utilizavam uma espécie de bata de algodão, enfeitada com penas. O corpo dos falecidos era conservado numa cabana especial para uma mumificação, sendo seus ossos posteriormente moídos e misturados numa bebida, que era ingerida em ocasiões especiais. Embora cada aldeia tivesse um chefe, todos se subordinavam a um cacique maior, com ascendência sobre toda a região.

As qualidades do povo Tapajós os tornaram alvos da cobiça dos portugueses, que periodicamente vinham em busca de escravos. Tamanho foi o ataque feito por Bento Maciel Parente, o moço, filho do governador do Pará, que em 1639 levou para Belém mais de trezentos escravos. Diante dessa pressão militar, os Tapajós abandonaram a região, refugiando-se nas cabeceiras desse rio e desaparecendo dos registros históricos. Certamente seus descendentes devem ter-se misturado com o povo Munduruku, que voltou a se fazer fortemente presente na região a partir do século XVIII.

O ataque à missão dos padres mercedários

Outras nações tentaram uma convivência pacífica com os portugueses, aceitando até missionários. Este foi o caso de uma nação situada à margem esquerda do Amazonas, próximo ao Rio Urubu, onde mais tarde surgiu a vila de Silves. Nesse local, por

volta de 1660, os padres mercedários implantaram uma missão, para apoiar também a ocupação portuguesa.

Essa experiência religiosa pouco durou, certamente devido à repressão cultural dos missionários e à tolerância que tinham com o comércio escravista. Revoltados, os indígenas se rebelaram, destruindo a igreja e matando o sacerdote. Não se conservou o nome desse povo, mas é possível que fosse alguma etnia de língua karib, que se destacavam pelas ações guerreiras.

Ao saber dessa notícia, o governador Rui Vaz de Siqueira determinou a ida de uma expedição punitiva, comandada pelo pernambucano Pedro da Costa Favella, famoso por suas ações violentas. Partindo de Belém em 1664, com uma tropa bem municiada de armas de fogo e até de um canhão, depois de algumas semanas de viagem, chegou à região. Realizou uma operação que hoje poderíamos caracterizar como sendo de "terra arrasada": trezentas aldeias queimadas, setecentos indígenas mortos e quatrocentos prisioneiros escravizados. Este foi o "suave domínio português"...² ♦

1 *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e Rio das Amazonas*. In: VARNAGEN, Francisco A., *História Geral do Brasil*, 5ª ed., v. 3, p. 179. O veneno usado foi o curare, de ação paralisante.

2 Fontes: HEMMING, John, *Ouro Vermelho*, 2007, p. 354; HERIARTE, Maurício de. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e Rio das Amazonas* (c. 1665). In: VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil*, 1956, v. 3, p. 170-190; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem (...) à Capitania do Rio Negro no anno de 1774 e 1775*. Lisboa, 1825, p. 2-3.